



Conselho Comunitário do Parque São José  
CNPJ: 12.460.630/0001-28  
Rua Costa Freire, 2238 - Parque São José  
(85) 3483.6644 | conselhoarqueaosjose@hotmail.com



**TRAIRI MAIS QUALIFICADO**  
**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2022.04.25.001**  
**LOTE 01**

Trairi-Ceará  
2022



### 1. DADOS CADASTRAIS

#### 1.1. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PROPONENTE

<b>Entidade:</b> CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ		<b>CNPJ:</b> 12.460.630/0001-28	
<b>Endereço:</b> RUA COSTA FREIRE, N° 2238, PARQUE SÃO JOSÉ			
<b>Cidade:</b> FORTALEZA	<b>UF</b> CE	<b>CEP:</b>	<b>(DDD)Telefone(s) / FAX:</b> (85) 3483-6644
<b>Sítio eletrônico (WWW.)</b>		<b>Endereço eletrônico (@):</b> CONSELHOPARQUESAOJOSE@HOTMAIL.COM	

#### 1.2. DO REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PROPONENTE

<b>Nome do Responsável</b> FRANCISCO DANNY VIEIRA MAIA		<b>Cargo:</b> PRESIDENTE	
<b>Endereço:</b>			
<b>Cidade:</b> FORTALEZA	<b>UF</b> CE	<b>CEP</b>	<b>(DDD)Telefone(s) / FAX:</b> (85)
<b>RG/Órgão Expedidor:</b> 98098006941 SSPDS/CE		<b>CPF:</b> 001.076.473-97	
<b>Endereço eletrônico do responsável (@)</b>		<b>Outros contatos</b>	

#### 1.3. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

<b>Nome do Responsável</b> VIBORG CONS. E ASSESSOR. EMPRESARIAL LTDA-ME		<b>Cargo:</b>	
<b>Endereço:</b> RUA NEREU RAMOS, N° 535 - PARANGABA			
<b>Cidade:</b> FORTALEZA	<b>UF</b> CE	<b>CEP</b> 60.710-480	<b>(DDD)Telefone(s) / FAX:</b> (85) 99679.0914
<b>RG/Órgão Expedidor:</b>		<b>CNPJ:</b> 17.968.586/0001-85	
<b>Endereço eletrônico do responsável (@)</b>		<b>Outros contatos</b>	

*[Handwritten signatures]*



#### 1.4. DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

<b>Nome do Responsável</b> FRANCISCO DANNY VIEIRA MAIA			<b>Cargo:</b> PRESIDENTE	
<b>Endereço:</b>				
<b>Cidade:</b> FORTALEZA	<b>UF</b> CE	<b>CEP</b>	<b>(DDD)Telefone(s) / FAX:</b> (85)	
<b>RG/Órgão Expedidor:</b> 98098006941 SSPDS/CE			<b>CPF:</b> 001.076.473-97	
<b>Endereço eletrônico do responsável (@)</b>			<b>Outros contatos</b>	

#### 1.5 DA DESCRIÇÃO DO PROJETO

<b>EDITAL / LOTE:</b> EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2022.04.25.001 Trabalho e Desenvolvimento Econômico – LOTE 01.		
<b>Título do Projeto:</b> TRAIRI MAIS QUALIFICADO - INDÚSTRIA DE CALÇADOS		
<b>Público-Alvo:</b> Pessoas entre 18 e 60 anos com Ensino Fundamental, Médio ou Superior da rede pública de ensino e residentes e domiciliados no município de Trairi		
<b>Valor de referência:</b> R\$164.228,16		
<b>Período de vigência</b>		<b>Período de execução</b>
<b>Início: 15/06/2022</b>	<b>Fim: 15/12/2022</b>	<b>Início: 15/06/2022 Fim: 15/12/2022</b>

#### 2. MODALIDADE PRETENDIDA

Acompanhando as estratégias de inclusão social e produtiva adotados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Trairi \_ SETREDE, que apontam para a promoção progressiva da integração dos cidadãos ao mundo do trabalho, pelo meio da qualificação e capacitação profissional, visando fomentar a viabilidade e a exequibilidade da conquista de emprego e trabalho decente e também a participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população e considerando também a proposição do Edital de Chamamento Público Nº 2022.04.25.001 e conectados à observância das premissas para a Política de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Trairi, Lei 955/2021, que estabelece entre suas diretrizes "Apoio ao Treinamento, qualificação de pessoas e formação de mão-de-obra". Buscamos com essa proposta auxiliar a

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Trairi \_ SETREDE a promover qualificação profissional e aperfeiçoamento de mão de obra para gerar desenvolvimento, inclusão social e produtiva de pessoas entre 18 e 60 anos com Ensino Fundamental, Médio ou Superior da rede pública de ensino e residentes e domiciliados no município de Trairi. Essa proposta ora apresentada, seguiu o rito explícito no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 2022.04.25.001, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Trairi \_ SETREDE, para o lote 01, abaixo representado:

POLÍTICA PÚBLICA	LOTE	PROJETO   PROGRAMA	PÚBLICO-ALVO	VALOR DE REFERÊNCIA	PRAZO DE EXECUÇÃO
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	01	TRAIRI MAIS QUALIFICADO - INDÚSTRIA DE CALÇADOS	Pessoas entre 18 e 60 anos com Ensino Fundamental, Médio ou Superior da rede pública de ensino e residentes e domiciliados no município de Trairi	R\$164.228,16	INÍCIO: <u>15/06/2022</u> FIM: <u>15/12/2022</u>

Tabela 01

### 3. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo de nossa proposta: Pessoas entre 18 e 60 anos com Ensino Fundamental, Médio ou Superior da rede pública de ensino e residentes e domiciliados no município de Trairi.



### 4. PRODUCT BREAKDOWN STRUCTURE \_ PBS (ESTRUTURA ANALÍTICA DO PRODUTO)

Por **PRODUCT BREAKDOWN STRUCTURE \_ PBS** entende-se: o detalhamento do produto que será entregue pelo projeto para atender às demandas e expectativas de nossos Stakeholders e posteriormente desenharmos um escopo robusto de entregáveis da proposta ora escrita.

Em outras palavras é de suma importância que um bom projeto consiga especificar o produto e seu requisitos, características e funcionalidades para que os que nossos clientes consigam estar satisfeitos e entender a proposta por completo. As descrições de nosso produto e de nossa proposta, como vocês observarão, sugere um amplo cuidado do Conselho Comunitário do Parque São José \_CCPSJ com todas as demandas propostas pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Trairi \_ SETREDE enfatizadas no edital.

Esse desenho de produto que precede o Detalhamento do Escopo foi elaborado com um cuidado singular, atendendo sempre aos requisitos sugeridos pelo edital. Inicialmente nos debruçamos sobre as características de identificação da modalidade do produto, que engloba tanto a Qualificação Profissional (QP) como o aperfeiçoamento de mão de obra (AMO) descritas no ANEXO I \_ Termo de Referência. Tendo como oferta total 640 horas de qualificação para Pessoas entre 18 e 60 anos com Ensino Fundamental, Médio ou Superior da rede



pública de ensino e residentes e domiciliados no município de Trairi que compõem a mão de obra iniciam da fábrica de Calçados Terra Pé durante seis meses que abril parque fabril em Trairi, conforme tabela abaixo:

MATRIZ CURRICULAR DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
QUALIFICAÇÃO BÁSICA	
DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA
Qualificação Profissional	520 hs
Aperfeiçoamento de Mão de Obra	120 hs
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>	<b>640 horas</b>

**Tabela 02**

A CCPSJ será responsável pela condução das aulas teóricas e práticas, e está ciente que as aulas práticas serão desenvolvidas em condições laboratoriais na fábrica Terra Pé Trairi, ou quando necessário contratando outras instalações para realização de quaisquer aulas necessárias a formação ora descrita, ou mesmo utilizar de parcerias com outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, sempre que preciso.

Além disso, nossas formações e intervenções pedagógicas sempre serão promotoras da aprendizagem significativa, cujas primícias se caracterizam pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, em que a interação é não-litera e não-arbitrária.

#### 4.1 CURSOS NO CONTEXTO DE ISOLAMENTO E OU DISTANCIAMENTO SOCIAL

Quando houver determinações legais a serem cumpridas em decorrência de Decretos de isolamento/distanciamento social, todas as variáveis serão consideradas, sejam elas nas quais discorrem sobre o respeito às regras de distanciamento social e aos protocolos de saúde, sejam na necessidade de adequação na modalidade de ensino e as condições de acesso da população atendida aos recursos tecnológicos educacionais.

Quando necessário, respeitaremos todas às regras de distanciamento social, dispendo como deixarem claro os decretos as cadeiras em sala de aula, a entrega de álcool gel 70% e máscara reutilizável para cada educando por ocasião do início das aulas. Se necessário a adequação de nossa modalidade de ensino, implementaremos a modalidade de Ensino à Distância (EaD). Nesse sentido, quando necessária a modalidade de Ensino à Distância (EaD), alinharemos nossas ações em concordância com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Trairi \_ SETREDE para que a formação inicial e continuada tanto em aulas transmitidas ao vivo (online) quanto as aulas gravadas, não se distancie do aprendizado presencial.

Todos esses procedimentos quando necessário, serão feitos por utilização de correio eletrônico, lista de transmissão do WhatsApp, ou alguma outra forma que a CCPSJ pactuar com os educandos e com a SETREDE. Cientes das condições de acesso de nosso público-alvo às ferramentas tecnológicas educacionais, o CCPSJ fará uma prévia avaliação sobre os recursos tecnológicos que cada educando dispõe, de modo que possam estar asseguradas as condições mínimas necessárias para o acesso e uso das tecnologias educacionais na modalidade EaD. Estudada as

*[Handwritten signatures and initials]*



demandas supracitadas, adaptaremos soluções pontuais de conectividade. Se caso necessário, negociaremos junto ao Demandante o provimento desses recursos tecnológicos para o(s) educando (s) que não disponha (m) dos recursos mínimos necessários.

#### 4.2 BENEFÍCIOS AOS EDUCANDOS

Nosso público-alvo receberão além qualificação: fardamento e material didático. Olhando pela perspectiva de todos os requisitos já apresentados até aqui nosso produto pode ser representado resumidamente pela figura abaixo:

- TRAIRI MAIS QUALIFICADO - Indústria de calçados
- 520 horas Qualificação Profissional
  - 120 horas de Aperfeiçoamento de Mão de Obra
  - Fardamento
  - Material didático

PRODUCT BREAKDOWN STRUCTURE \_ PBS  
(ESTRUTURA ANALÍTICA DO PRODUTO)



#### 5. ESCOPO DO PROJETO → O QUE VAI SER FEITO

Uma vez que foi finalizado a fase inicial de explanação do produto, a proposta agora se debruça sobre a apresentação do escopo do projeto. Nesta fase trabalharemos para definir o esforço necessário para entregar o produto, atingir as metas principais e os resultados do projeto. É a partir deste ponto que vamos detalhar o processo de planejamento, que contemplará informações do projeto acerca do escopo, cronograma, custos, entre outros.

Um dos aspectos mais importantes do escopo é definir claramente o que será feito e entregue como produto do projeto e definir o trabalho necessário para incorporar e desenvolver esse produto e encerrar o projeto.

De acordo com o Project Management Institute \_ PMI, que é uma organização sem fins lucrativos que tem o objetivo de disseminar as melhores práticas de gerenciamento de projetos em todo o mundo, o termo escopo



do projeto refere-se “ao trabalho que deve ser realizado para entregar os produtos, serviços ou resultados com as características e funções especificadas”<sup>1</sup>.

Nessa perspectiva, o escopo de nosso projeto foi desenhado para mostrar o trabalho a ser executado, definindo claramente as entregas ou marcos do projeto, demonstrando o avanço dessas ações no tempo e dentro de um orçamento elaborado a partir das restrições declaradas no edital. Assim, antes de começarmos a planejar os trabalhos, precisamos identificar os objetivos e as metas do projeto.

### 5.1. DECLARAÇÃO DO ESCOPO

Parte de nosso escopo já foi apresentado quando demonstramos a Estrutura Analítica do Produto e seus requisitos, a sequência a seguir declara as demais condicionantes da proposta.

#### 5.1.1. OBJETIVO GERAL

Oportunizar e promover acesso aos conhecimentos e técnicas necessárias para a atuação profissional a área de setor calçadista, numa perspectiva sistêmica pessoas entre 18 e 60 anos com Ensino Fundamental, Médio ou Superior da rede pública de ensino e residentes e domiciliados no município de Trairi.

#### 5.1.2. OBJETIVO ESPECÍFICOS E METAS

LOTE 01: PROJETO PROGRAMA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS
TRAIRI MAIS QUALIFICADO INDÚSTRIA CALÇADOS DE	OPORTUNIZAR E PROMOVER ACESSO AOS CONHECIMENTOS E TÉCNICAS NECESSÁRIAS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL A ÁREA DE SETOR CALÇADISTA, NUMA PERSPECTIVA SISTÊMICA PESSOAS ENTRE 18 E 60 ANOS	<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 1:</b> GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DO PROJETO	<b>META 1:</b> Contratar e gerenciar as ações do formador de mão de obra do setor calçadista e disponibilizar assessoramento pedagógico em 01 fábrica de calçado de Trairi.
		<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 2:</b> Qualificar Profissionalmente Mão de Obra específica do setor calçadista em Trairi	<b>META 2:</b> Selecionar e Qualificar Profissionalmente 100% dos educandos da fábrica Terra Pé durante 520 horas, além de fornecer material didático e fardamento para os mesmos

<sup>1</sup> MOURA, Henrique. PMP sem segredos. 1ª Ed. Rio de Janeiro:Elsevier,2013.



	COM ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO OU SUPERIOR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E RESIDENTES E DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE TRAIRI.	OBJETIVO ESPECÍFICO 3: Aperfeiçoar Mão de Obra específica do setor calçadista em Trairi	META3: Aperfeiçoar 100% Mão da Obra oriunda da qualificação profissional da fábrica Terra Pé durante 120 horas e certifica-los.
--	---	--	--

**Tabela 03**

### 5.1.3. EXCLUSÕES DO PROJETO:

O lote 01, do Programa Trairi Mais Qualificado - Indústria de Calçados não pagará bolsas, nem custos adicionais dos educandos, ficando essa responsabilidade a Empresa Terra Pé Trairi ou a prefeitura de Trairi. O projeto não poderá qualificar pessoas menores de 18 anos, nem maiores que 60 anos.

### 5.1.4. RESTRIÇÕES:

As principais restrições do projeto estão dispostas abaixo:

- Restrição de tempo: o projeto terá que ser realizado entre junho e dezembro de 2022;
- Restrição de orçamento: os gastos do projeto não poderão ultrapassar sem justificativa a monta de R\$ R\$164.228,16 (Cento e sessenta e quatro mil, duzentos e vinte oito reais e dezesseis centavos);
- Restrição dos custos indiretos: a restrição orçamentária imposta é que os custos indiretos do lote 01 não ultrapassem a monta de R\$ R\$ 22.652,16 (vinte dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos).



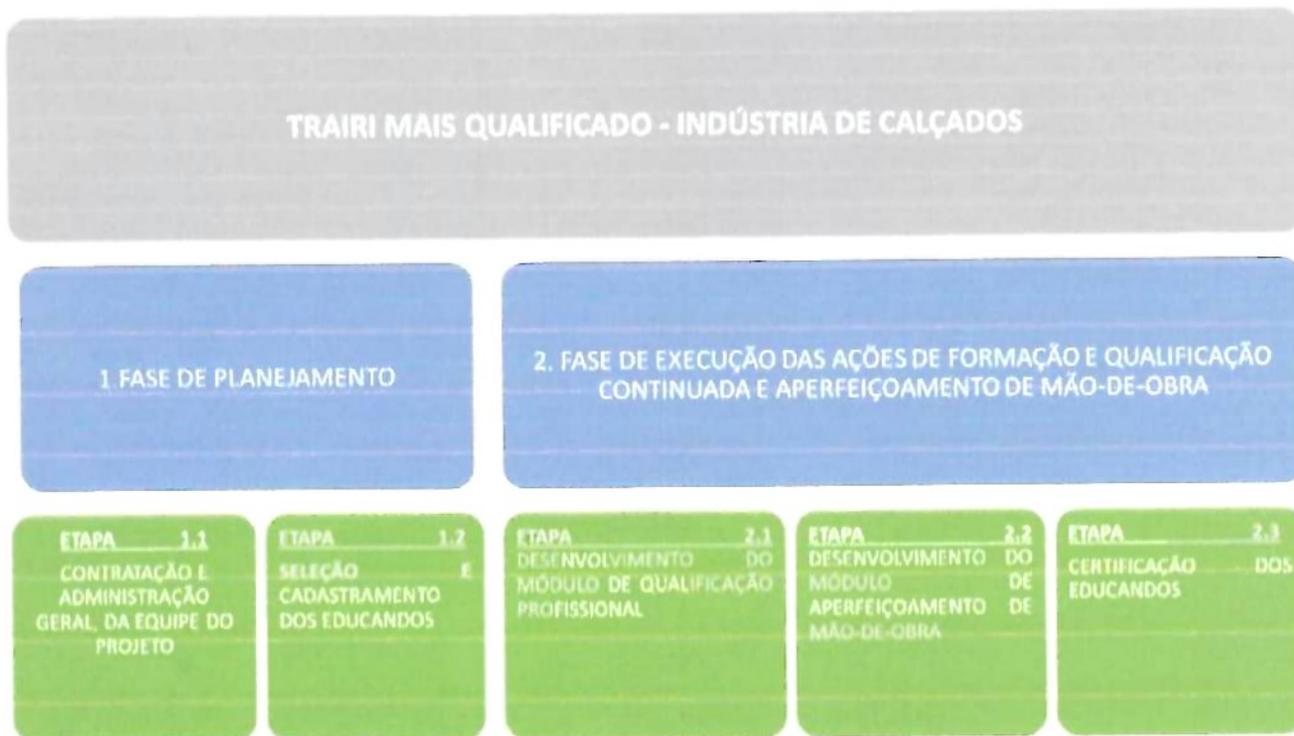
### 5.2. ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO – EAP

A EAP é uma decomposição hierárquica do escopo total do trabalho a ser executado pela equipe do projeto, a fim de alcançar os objetivos propostos e criar as entregas planejadas. Em outras palavras, EAP organiza e define o escopo total do projeto e representa o trabalho a ser realizado.

Esse trabalho planejado está contido dentro dos componentes de nível mais baixo da EAP, que são chamados de pacotes de trabalho. Um pacote de trabalho pode ser usado para agrupar as atividades onde o trabalho é agendado, monitorado e controlado.



A decomposição da EAP é usada para dividir e subdividir o escopo do projeto e suas entregas em partes menores e mais facilmente gerenciáveis. O nível de decomposição é frequentemente guiado pelo grau de controle necessário para gerenciar o projeto de forma eficaz. A seguir apresentamos o gráfico que representa a EAP de nossa proposta:



### 5.3. DICIONÁRIO EAP

Os nomes dos elementos da EAP, com suas expressões curtas, por vezes, não permitem o adequado entendimento da entrega. Essa dificuldade é superada com o Dicionário da EAP, que fornece descrições dos trabalhos que devem ser feitos nos pacotes de trabalho.

- TRAIRI MAIS QUALIFICADO - INDÚSTRIA DE CALÇADOS
- 1. FASE DE PLANEJAMENTO
  - ETAPA 1.1 - CONTRATAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA EQUIPE DO PROJETO

O desempenho final do projeto será determinado pela disponibilidade de pessoas com o conhecimento e as habilidades necessárias, pela definição de responsabilidades claras, pela motivação da equipe, pelo alinhamento da equipe ao plano e pela qualidade do relacionamento em equipe. Assim, o CCPSP desenvolverá as seguintes atividades de gerenciamento de recursos humanos para o projeto:



- ⇒ Planejar os papéis e responsabilidades;
- ⇒ Organizar treinamento contínuo para a equipe.
- ⇒ Resolver problemas e conflitos.
- ⇒ Avaliar o desempenho da equipe.

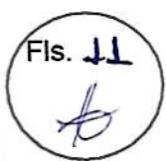
O profissional instrutor/educador que será contratado pela CCPSJ deverá ter a formação requerida para ministrar aulas na área específica dos módulos citados e conhecimento necessários para utilizarem os instrumentos pedagógicos e tecnológicos. As outras contratações e pagamento do pessoal necessário à execução dos serviços inerentes à qualificação e a vigência do contrato do pessoal que é de responsabilidade da CCPSJ serão coerentes com o período de implantação, execução e concretização dos objetivos do Termo de Colaboração firmado com a SETREDE.

#### • ETAPA 1.2 - SELEÇÃO E CADASTRAMENTO DOS EDUCANDOS.

A seleção dos educandos será de responsabilidade compartilhada entre a equipe técnica da SETREDE, Terra Pé e o Conselho Comunitário do Parque São José.

A seleção dos educandos feita pelo CCPSJ seguirá na íntegra as várias regras estabelecidas e dispostas a seguir: Ocorrer dentro dos limites geográficos do município de Trairi; b) A divulgação da seleção deverá ser por meio de cartazes ou faixas distribuídas pelo município informando acerca do público-alvo do Programa/Linha de Ação a ser executado, dos dias da seleção e da documentação necessária para inscrição. O material de divulgação deverá ser afixado nas Secretarias Municipais, CRAS, Conselhos Municipais, Escolas do Ensino Médio, etc. até, no máximo, uma semana antes do processo seletivo. c) Para o processo seletivo os profissionais poderão utilizar técnicas de entrevistas individuais ou dinâmicas de grupo ou testes quantitativos ou projetivos; d) O material pedagógico a ser utilizado durante o processo seletivo será de inteira responsabilidade das CCPSJ; e) A CCPSJ poderá realizar parceria com a Prefeitura Municipal e Terra Pé na realização do processo seletivo, podendo as mesmas cederem espaços ventilados e iluminados, com cadeiras, computadores para o cadastro dos educandos, impressora e acesso à Internet gratuito. Tal apoio, de forma alguma implicará na possibilidade da Gestão Municipal indicar educandos a serem priorizados no processo seletivo,

Fora os critérios postos acima, a CCPSJ é ciente da obrigatoriedade de fazer constar a identificação da Prefeitura Municipal de Trairi e da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico e do TRAIRI MAIS QUALIFICADO, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, nos materiais pedagógicos, assim como produtos de convênios e contratos, tais como livros, relatórios, revistas, vídeos, CD-ROM e outros meios de divulgação com os modelos digitais fornecidos pela SETREDE, em todo o material que produzir e transportar.



Quaisquer outras situações necessárias a seleção e divulgação dos educandos para participarem da qualificação não prevista em edital, nossa instituição consultará a SETREDE formalmente.

- **2. FASE DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CONTINUADA E APERFEIÇOAMENTO DE MÃO-DE-OBRA**
  - **ETAPA 2.1 - DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Esta etapa tem duas formações que construirão 520 horas de curso: uma formação inicial de 60 horas aulas denominadas de módulo básico que terá os seguintes assuntos a serem tratados: Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente; Segurança no Trabalho; Orientação Profissional para o Mercado de trabalho calçadista, Cultura Organizacional e ambiente de trabalho; Vida em sociedade, às competências socioemocionais.

Após a formação inicial e a ambientação necessária, partiremos para o que podemos chamar de “mão na Massa”. Aqui os educandos terão aulas práticas de montagem e costura de calçados em máquinas nas várias áreas da linha de produção do calçado, aqui a CCPSJ executará um módulo de conhecimento Específico com carga horaria de 460 horas.

- **ETAPA 2.2 - DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE APERFEIÇOAMENTO DE MÃO-DE-OBRA**

Após o término da qualificação profissional, os educandos estarão prontos para se especializarem em máquinas específicas dentro do parque industrial. Aqui o conteúdo programático tem como objetivo aprimorar a qualificação de egressos dos cursos de Qualificação Profissional (QP) ou de profissionais com experiência comprovada nas ocupações devidamente catalogadas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO ou a novas ocupações requeridas pelo mundo do trabalho, nessa fase o educando se especializará em um processo específico ou máquina específica.

- **ETAPA 2.3 - CERTIFICAÇÃO DOS EDUCANDOS**

O CCPSJ emitirá certificado para todos os educandos participantes das ações de qualificação, que cumprirem a carga horária mínima de 75% de participação das atividades e obtiveram desempenho satisfatório nas referidas atividades. O modelo do certificado será disponibilizado pela SETREDE. E quando da entrega dos certificados nossa instituição efetuará controle de recebimento, devidamente assinado pelos educandos.

Para os educandos que concluírem o curso com frequência inferior a esse percentual e maior que 75%, serão considerados educandos concludentes sem certificação, nesse caso nossa instituição emitirá declaração



de participação.

#### 5.4. GESTÃO DO TEMPO

Como já comentado anteriormente, a EAP busca definir e detalhar todas as entregas, portanto, quando bem elaborada, pode assegurar uma boa estrutura para o projeto. Porém, ela não segue obrigatoriamente uma estrutura cronológica, pois o seu principal objetivo é assegurar uma decomposição lógica de todo o projeto. Essa decomposição nos permite uma distribuição eficaz do trabalho a ser realizado no projeto.

Já a gestão do tempo, segundo o PMBOK<sup>2</sup>, define todos os processos que exige um gerenciamento ativo, do planejamento até a entrega final. Esse gerenciamento exige conceitos, habilidades, muita disciplina e controle. Nossa EAP e dicionário EAP descreveram nossas entregas, que agora serão distribuídas em atividades sequenciadas e a elas será determinado um tempo de execução para formação de nosso cronograma.

##### 5.4.1. PLANEJAMENTO DO CRONOGRAMA

O cronograma abaixo apresenta objetivamente as atividades que gerarão os entregáveis do projeto no tempo entre junho e dezembro 2022:

LOTE 01: TRAIRI MAIS QUALIFICADO - INDÚSTRIA DE CALÇADOS									
OBJETIVO GERAL: OPORTUNIZAR E PROMOVER ACESSO AOS CONHECIMENTOS E TÉCNICAS NECESSARIAS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL A ÁREA DE SETOR CALÇADISTA, NUMA PERSPECTIVA SISTÊMICA PESSOAS ENTRE 18 E 60 ANOS COM ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO OU SUPERIOR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E RESIDENTES E DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE TRAIRI.									
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	ATIVIDADES/AÇÕES	MESES DE 2022						
			Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
INÍCIO DO PROJETO			16/06						
OBJETIVO ESPECÍFICO 1: GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DO PROJETO	META 1: CONTRATAR E GERENCIAR AS AÇÕES DO FORMADOR DE MÃO DE OBRA DO SETOR CALÇADISTA E DISPONIBILIZAR ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO EM 01 FÁBRICA DE CALÇADO DE TRAIRI.	ETAPA 1.1 CONTRATAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA EQUIPE DO PROJETO	DE 15/06						ATÉ 15/12
OBJETIVO ESPECÍFICO 2: QUALIFICAR PROFISSIONALMENTE MÃO DE OBRA ESPECIFICA DO SETOR	META 2: SELECIONAR E QUALIFICAR PROFISSIONALMENTE 100% DOS EDUCANDOS	ETAPA 1.2 SELEÇÃO E CADASTRAMENTO DOS EDUCANDOS	DE 15/06 ATÉ 22/12						

<sup>2</sup> PMI, Project Management Institute. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK), 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.



CALÇADISTA EM TRAIRI	DA FÁBRICA TERRA PÉ DURANTE 520 HORAS, ALÉM DE FORNECER MATERIAL DIDÁTICO E FARDAMENTO PARA OS MESMOS	<b>ETAPA 2.1</b> DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	DE 22/06				ATÉ 30/10		
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 3:</b> Aperfeiçoar Mão de Obra específica do setor calçadista em Trairi	<b>META3:</b> APERFEIÇOAR 100% MÃO DA OBRA ORIUNDA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA FÁBRICA TERRA PÉ DURANTE 120 HORAS E CERTIFICA-LOS.	<b>ETAPA 2.2</b> DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE APERFEIÇOAMENTO DE MÃO-DE-OBRA					DE 01/11	ATÉ 15/12	
		<b>ETAPA 2.3</b> CERTIFICAÇÃO DOS EDUCANDOS					DE 15/11	ATÉ 15/12	
<b>FIM DO PROJETO</b>									15/12

**Tabela 04**

**6. PLANEJAMENTO DAS DESPESAS**

Antes de aprofundarmos a proposta, no que se refere ao detalhamento das despesas, devemos deixar claro que os recursos destinados à execução deste projeto e da parceria de que trata esta proposta são provenientes do orçamento Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Trairi \_ SETREDE. O CCPSJ apresenta o seguinte valor global da presente proposta:

DESCRIÇÃO DO ORÇAMENTO	DESPESAS PREVISTAS
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA APRESENTADA	R\$164.228,16 (Cento e sessenta e quatro mil, duzentos e vinte oito reais e dezesseis centavos);

**Tabela 05**

A tabela a seguir detalha vários aspectos do orçamento da proposta parametrizados no Anexo I, do Edital de Chamamento Público N° 2022.04.25.001:

DETALHAMENTO FINANCEIRO – LOTE 01	
META: QUALIFICAR 06 FACILITADORES / 640 HORAS	
ELEMENTO DE DESPESA – SERVIÇO DE TERCEIRO DE PESSOA JURÍDICA	VALOR TOTAL (R\$)
EQUIPAMENTOS FABRIS PARA TREINAMENTO DA MÃO DE OBRA	TERRA PÉ
DESPESAS COM COMBUSTÍVEL	R\$ 4.200,00
DESPESAS COM ESTADIAS	R\$ 4.800,00

*[Handwritten signatures and scribbles]*



SERVIÇO DE APOIO E INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA PARA EVENTOS, CAPACITAÇÕES E ENCONTROS (fornecimento de alimentação, confecção de blusas e bolsas com suas devidas logomarcas, serviços técnicos profissionais, serviços gráficos e reprográficos, cópias e reproduções de documentos e afins)	R\$ 32.800,00
PEQUENOS REPAROS E ADAPTAÇÕES DE BENS OU IMÓVEIS	R\$ 6.176,00
<b>TOTAL – SERVIÇO DE TERCEIRO DE PESSOA JURÍDICA</b>	<b>R\$ 47.976,00</b>
<b>ELEMENTO DE DESPESA – MATERIAL CONSUMO</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
MATÉRIA PRIMA PARA CURSOS (ex: insumos para cursos)	TERRA PÉ
MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO	R\$ 3.600,00
<b>TOTAL – MATERIAL DE CONSUMO</b>	<b>R\$ 3.600,00</b>
<b>ELEMENTO DE DESPESA – DESPESA COM PESSOAL POR 08 MESES</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL (01 Professor)	R\$ 90.000,00
<b>TOTAL – DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>R\$ 90.000,00</b>
<b>SUB TOTAL</b>	<b>R\$ 141.576,00</b>
CUSTOS INDIRETOS (despesas da executora 16%)	R\$ 22.652,16
<b>TOTAL GERAL LOTE 01</b>	<b>R\$ 164.228,16</b>

Tabela 06

## 7. MONITORANDO, CONTROLANDO E AVALIANDO SISTEMICAMENTE O PROJETO - INDICADORES DE PRODUTOS E RESULTADOS, MEIOS DE VERIFICAÇÃO

“Não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, não há sucesso no que não se gerencia”<sup>3</sup>, dizia William Edwards Deming, “pai da qualidade total” e um dos nomes mais lembrados quando ao assunto é qualidade, excelência e gestão. Esse citado gerenciamento consiste numa série de atividades a serem conduzidas sistematicamente na busca de conhecimento e manutenção da estabilidade dos processos, para que possamos implementar ações restauradoras sempre que necessário para buscar continuamente o alcance das metas, objetivos e resultados esperados pelo projeto. Nossa proposta adotou três indicadores de monitoramento de nosso produto: desempenho dos prazos, desempenho dos custos, e desempenho das metas propostas.

O Departamento de Defesa Americano (DOD), percebendo grandes desvios nos resultados nos custos dos projetos, sempre controlados pela comparação entre custos planejados e realizados, desenvolveu a metodologia do valor agregado.

<sup>3</sup> DEMING, W. Edwards. O método Deming de Administração. 5a. Ed., São Paulo: Saraiva, 1989.



A inclusão dessa variável "VA" no controle dos custos do projeto permite tomada de decisão mais rápidas e com uma precisão maior. O valor agregado \_VA indica quanto vale o que foi entregue, ou seja, quanto vale o percentual concluído de nosso escopo. Na perspectiva de utilização do valor agregado para controle do projeto, o CCPSJ sugere que mensalmente o projeto seja avaliado por dois indicadores de base "VA": Índice de Desempenho de Prazo (IDP) e Índice de Desempenho de Custo (IDC).

Um deles monitora o gerenciamento do tempo ou cronograma, porque entende-se que nossos prazos, parte considerável do nosso produto, deve ser monitorado regularmente. O índice de desempenho de prazos \_ IDP é uma medida de eficiência do cronograma, ele expressa como a relação: valor agregado (VA) / valor planejado VP mede o grau de eficiência do uso do tempo pela equipe do projeto.

$$IDP = \frac{VA}{VP}$$

O IDC avalia a relação entre o trabalho executado (evolução física do projeto) e o custo real. O IDC traz dados sobre o curso do projeto em relação ao orçamento previsto e disponível. Em outras palavras o IDC é relação do VA (em valor monetário) das entregas / custo planejado ou Custo real das entregas CR. Esse indicador ajuda a identificar situações em que o projeto pode estar consumindo recursos, sem que isso denote um legítimo progresso.

$$IDC = \frac{VA}{CR}$$



O outro conjunto de indicadores de produto que utilizaremos no monitoramento, controle e avaliação sistemicamente do projeto são indicadores de meta. Estes foram personalizados para fortalecermos a identidade do projeto. Tivemos o cuidado de criá-los a partir de nosso escopo e perseguindo nosso objetivo geral e específico e quais capturas de dados e formas de extração seriam possíveis para facilitar tanto periodicidade aplicação, quanto a realização da coleta de dados.

Para facilitar a visualização das medições mensais por indicadores do projeto, transportamos informações da tabela 06, apresentada anteriormente, como base deste documento, separando-a por meta, indicadores e meios de verificação, bem como as Atribuições de Intervenção aos Resultados Analisados:

*[Handwritten signatures and marks]*

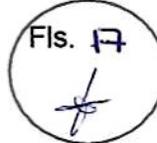


7.1. INDICADORES PARA META 01:

META 01: CONTRATAR E GERENCIAR AS AÇÕES DO FORMADOR DE MÃO DE OBRA DO SETOR CALÇADISTA E DISPONIBILIZAR ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO EM 01 FÁBRICA DE CALÇADO DE TRAIRI.					
ATIVIDADES/AÇÕES	INDICADORES FÍSICOS		VALOR TOTAL DA META	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	UNIDADE	QUANTIDADE		INICIAL	FINAL
ETAPA 1.1 - CONTRATAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA EQUIPE DO PROJETO	EQUIPE	1	R\$ 31.652,16	DE 15/06	ATÉ 15/12
INDICADOR DE CUMPRIMENTO DE META			RESULTADOS E INTERVENÇÕES		
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO	(IEP) < 0,75: META COMPROMETIDA → (avaliar com profundidades dos agressores e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo) 0,75 ≤ (IEP) < 1: META EM ALERTA → (analisar os ofensores e definir plano de ação corretivo) (IEP) = 1: META COM RESULTADO ESPERADO → (manter ações planejadas)		
NOME	FÓRMULA				
(IEP) ÍNDICE DE ENTREGAS NO PRAZO APROVADO	$IEP = NPE / MD$ Onde: NPE = Número de metas da equipe entregues no prazo MAP = Número de metas acordadas no prazo	Relatório mensal do cumprimento de metas entregues que foram acordadas com a SETREDE, visitas de vistoria da SETREDE, registros fotográficos.			

INDICADOR DESEMPENHO DE PRAZOS			RESULTADOS E INTERVENÇÕES	
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO		
NOME	FÓRMULA			
(IDP) ÍNDICE DE DESEMPENHO DE PRAZO	$IDP = VA / VP$ Onde: VA = Valor agregado VP = Valor planejado	Relatório mensal com de execução do projeto, plano de trabalho do projeto, proposta de projeto.		# IDP > 1: Valor agregado superior ao valor planejado. Esta condição indica que a execução está acima do previsto, evidenciando certo adiantamento em relação ao cronograma → (Avaliar se cronograma foi mal planejado, se negativo manter as ações planejadas). # IDP = 1: Valor agregado conforme valor planejado, o que indica que o projeto está evoluindo de acordo com o cronograma → (manter ações planejadas) # IDP < 1: Valor agregado menor que o valor planejado, evidenciando um atraso em relação ao cronograma. Esta situação indica que a execução está abaixo do previsto, mais lenta → (avaliar com profundidades a situação e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo)
INDICADOR DE DESEMPENHO DE CUSTOS			RESULTADOS E INTERVENÇÕES	
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO		
NOME	FÓRMULA			

*Handwritten signatures and scribbles at the bottom right of the page.*



<p>(IDC) ÍNDICE DE DESEMPENHO DE CUSTO</p>	<p><b>IDC = VA/CR</b>   <b>Onde:</b>  <b>VA= Valor agregado (em valor monetário) das entregas</b>   <b>CR = Custo planejado ou real das entregas</b></p>	<p>Relatório mensal com de execução do projeto, plano de trabalho do projeto, proposta de projeto.</p>	<p># IDC &gt; 1: Valor agregado superior ao custo real (valor pago), o que indica economia. Neste caso, o projeto está abaixo do orçamento → (Avaliar se os custos foram superestimados, se negativo manter as ações planejadas)          # IDC = 1: Valor agregado igual ao custo real, o que indica projeto conforme orçamento → (manter ações planejadas)          # IDC &lt; 1: Valor agregado inferior ao custo real, o que indica sobrecusto. Neste caso, o projeto está acima do orçamento → (avaliar com profundidades a situação e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo)</p>
--	--	--	--

**Tabela 07**

**7.2. INDICADORES PARA META 02:**

META 02: SELECIONAR E QUALIFICAR PROFISSIONALMENTE 100% DOS EDUCANDOS DA FÁBRICA TERRA PÉ DURANTE 520 HORAS, ALÉM DE FORNECER MATERIAL DIDÁTICO E FARDAMENTO PARA OS MESMOS					
ATIVIDADES/AÇÕES	INDICADORES FÍSICOS		VALOR TOTAL DA META	PERIODO DE EXECUÇÃO	
	UNIDADE	QUANTIDADE		INICIAL	FINAL
ETAPA 1.2 - SELEÇÃO E CADASTRAMENTO DOS EDUCANDOS	SELEÇÃO	1	R\$ 3.600,00	DE 15/06	ATÉ 22/06
INDICADOR DE CUMPRIMENTO DE META			RESULTADOS E INTERVENÇÕES		
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO	(IEP) < 0,75: META COMPROMETIDA → (avaliar com profundidades dos agressores e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo)		
NOME	FÓRMULA			0,75 ≤ (IEP) < 1: META EM ALERTA → (analisar os ofensores e definir plano de ação corretivo)	
(IEP) ÍNDICE DE ENTREGAS NO PRAZO APROVADO	<b>IEP = NPE/MD</b>  <b>Onde:</b> <b>NPE= Número de metas da equipe entregues no prazo</b>  <b>MAP = Número de metas acordadas no prazo</b>	Relatório mensal do cumprimento de metas entregues que foram acordadas com a SETREDE, visitas de vistoria da SETREDE, registros fotográficos.	(IEP) = 1: META COM RESULTADO ESPERADO → (manter ações planejadas)		

Handwritten signatures and marks at the bottom right of the page.



META 02: SELECIONAR E QUALIFICAR PROFISSIONALMENTE 100% DOS EDUCANDOS DA FÁBRICA TERRA DE DURANTE 520 HORAS, ALÉM DE FORNECER MATERIAL DIDÁTICO E FARDAMENTO PARA OS MESMOS					
ATIVIDADES/AÇÕES	INDICADORES FÍSICOS		VALOR TOTAL DA META	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	UNIDADE	QUANTIDADE		INICIAL	FINAL
ETAPA 2.1 - DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	HORAS	520	R\$ 93.676,00	DE 22/06	ATÉ 30/10
INDICADOR DE CUMPRIMENTO DE META			RESULTADOS E INTERVENÇÕES		
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO	(IEQ) < 0,75: META COMPROMETIDA → (avaliar com profundidades dos agressores e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo) 0,75 ≤ (IEQ) < 1: META EM ALERTA → (analisar os ofensores e definir plano de ação corretivo) (IEQ) = 1: META COM RESULTADO ESPERADO → (manter ações planejadas)		
NOME	FÓRMULA				
(IEQ) ÍNDICE EFICIÊNCIA DA QUALIFICAÇÃO	$IEQ = \frac{TEC}{TEI}$ Onde: TEC= Total de educandos que concluíram mais de 75% da carga horária da qualificação TEI =Total de educandos inscritos	Relatório das qualificações, fichas de frequência, registros fotográficos, formulários da SETREDE.			

INDICADOR DESEMPENHO DE PRAZOS			RESULTADOS E INTERVENÇÕES	
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO		
NOME	FÓRMULA			
(IDP) ÍNDICE DESEMPENHO DE PRAZO	$IDP = \frac{VA}{VP}$ Onde: VA= Valor agregado VP = Valor planejado	Relatório mensal com de execução do projeto, plano de trabalho do projeto, proposta de projeto.	# IDP > 1: Valor agregado superior ao valor planejado. Esta condição indica que a execução está acima do previsto, evidenciando certo adiantamento em relação ao cronograma → (Avaliar se cronograma foi mal planejado, se negativo manter as ações planejadas). # IDP = 1: Valor agregado conforme valor planejado, o que indica que o projeto está evoluindo de acordo com o cronograma → (manter ações planejadas) # IDP < 1: Valor agregado menor que o valor planejado, evidenciando um atraso em relação ao cronograma. Esta situação indica que a execução está abaixo do previsto, mais lenta → (avaliar com profundidades a situação e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo)	
INDICADOR DE DESEMPENHO DE CUSTOS			RESULTADOS E INTERVENÇÕES	
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO		
NOME	FÓRMULA			



<p>(IDC) ÍNDICE DESEMPENHO DE CUSTO</p>	<p>DE DE</p> <p> <math>IDC = VA/CR</math>  <b>Onde:</b>            VA= Valor agregado (em valor monetário) das entregas            CR = Custo planejado ou real das entregas         </p>	<p>Relatório mensal com de execução do projeto, plano de trabalho do projeto, proposta de projeto.</p>	<p># IDC &gt; 1: Valor agregado superior ao custo real (valor pago), o que indica economia. Neste caso, o projeto está abaixo do orçamento → (Avaliar se os custos foram superestimados, se negativo manter as ações planejadas)</p> <p># IDC = 1: Valor agregado igual ao custo real, o que indica projeto conforme orçamento → (manter ações planejadas)</p> <p># IDC &lt; 1: Valor agregado inferior ao custo real, o que indica sobrecusto. Neste caso, o projeto está acima do orçamento → (avaliar com profundidades a situação e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo)</p>
---	---	--	--

### 7.3. INDICADORES PARA META 03:

META 03: APERFEIÇOAR 100% MÃO DA OBRA ORIUNDA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA FÁBRICA TERRA PÉ DURANTE 120 HORAS E CERTIFICA-LOS.					
ATIVIDADES/AÇÕES	INDICADORES FÍSICOS		VALOR TOTAL DA META	PERIODO DE EXECUÇÃO	
	UNIDADE	QUANTIDADE		INICIAL	FINAL
ETAPA 2.2 - DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE APERFEIÇOAMENTO DE MÃO-DE-OBRA	HORAS	120	R\$ 22.500,00	DE 01/11	ATÉ 15/12
INDICADOR DE CUMPRIMENTO DE META			RESULTADOS E INTERVENÇÕES		
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO	(IEQ) < 0,75: META COMPROMETIDA → (avaliar com profundidades dos agressores e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo) 0,75 ≤ (IEQ) < 1: META EM ALERTA → (analisar os ofensores e definir plano de ação corretivo) (IEQ) = 1: META COM RESULTADO ESPERADO → (manter ações planejadas)		
NOME	FÓRMULA				
(IEQ) ÍNDICE EFICIÊNCIA DA QUALIFICAÇÃO	$IEQ = TEC/TEI$ <b>Onde:</b> TEC= Total de educandos que concluíram mais de 75% da carga horária da qualificação TEI =Total de educandos inscritos	Relatório das qualificações, fichas de frequência, registros fotográficos, formulários da SETREDE.			



**META 03: APERFEIÇOAR 100% MÃO DA OBRA ORIUNDA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA FÁBRICA TERRA PE DURANTE 120 HORAS E CERTIFICA-LOS.**

ATIVIDADES/AÇÕES	INDICADORES FÍSICOS		VALOR TOTAL DA META	PERIODO DE EXECUÇÃO	
	UNIDADE	QUANTIDADE		INICIAL	FINAL
<b>ETAPA 2.3 - CERTIFICAÇÃO DOS EDUCANDOS</b>	EDUCANDOS	100%	R\$ 12.800,00	DE 15/11	ATÉ 15/12

INDICADOR DE CUMPRIMENTO DE META			RESULTADOS E INTERVENÇÕES		
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO			
NOME	FÓRMULA				
(IEP) ÍNDICE DE ENTREGAS NO PRAZO APROVADO	$IEP = \frac{NPE}{MD}$ Onde: NPE= Número de metas da equipe entregues no prazo MAP = Número de metas acordadas no prazo	Relatório mensal do cumprimento de metas entregues que foram acordadas com a SETREDE, visitas de vistoria da SETREDE, registros fotográficos.	(IEP) < 0,75: META COMPROMETIDA → (avaliar com profundidades dos agressores e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo)	0,75 ≤ (IEP) < 1: META EM ALERTA → (analisar os ofensores e definir plano de ação corretivo)	(IEP) = 1: META COM RESULTADO ESPERADO → (manter ações planejadas)

INDICADOR DESEMPENHO DE PRAZOS DAS DUAS ATIVIDADES DA META			RESULTADOS E INTERVENÇÕES	
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO		
NOME	FÓRMULA			
(IDP) ÍNDICE DE DESEMPENHO DE PRAZO	$IDP = \frac{VA}{VP}$ Onde: VA= Valor agregado VP = Valor planejado	Relatório mensal com de execução do projeto, plano de trabalho do projeto, proposta de projeto.	<p># IDP &gt; 1: Valor agregado superior ao valor planejado. Esta condição indica que a execução está acima do previsto, evidenciando certo adiantamento em relação ao cronograma → (Avaliar se cronograma foi mal planejado, se negativo manter as ações planejadas).</p> <p># IDP = 1: Valor agregado conforme valor planejado, o que indica que o projeto está evoluindo de acordo com o cronograma → (manter ações planejadas)</p> <p># IDP &lt; 1: Valor agregado menor que o valor planejado, evidenciando um atraso em relação ao cronograma. Esta situação indica que a execução está abaixo do previsto, mais lenta → (avaliar com profundidades a situação e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo)</p>	

INDICADOR DESEMPENHO DE CUSTOS DAS DUAS ATIVIDADES DA META			RESULTADOS E INTERVENÇÕES	
INDICADOR		MEIOS DE VERIFICAÇÃO		
NOME	FÓRMULA			

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



<p>(IDC) ÍNDICE DE DESEMPENHO DE CUSTO</p>	<p>DE DE</p> <p>IDC = VA/CR</p> <p>Onde:</p> <p>VA= Valor agregado (em valor monetário) das entregas</p> <p>CR = Custo planejado ou real das entregas</p>	<p>Relatório mensal com de execução do projeto, plano de trabalho do projeto, proposta de projeto.</p>	<p># IDC &gt; 1: Valor agregado superior ao custo real (valor pago), o que indica economia. Neste caso, o projeto está abaixo do orçamento → (Avaliar se os custos foram superestimados, se negativo manter as ações planejadas)</p> <p># IDC = 1: Valor agregado igual ao custo real, o que indica projeto conforme orçamento → (manter ações planejadas)</p> <p># IDC &lt; 1: Valor agregado inferior ao custo real, o que indica sobrecusto. Neste caso, o projeto está acima do orçamento → (avaliar com profundidades a situação e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo)</p>
--	---	--	--

## 8. ENCERRANDO O PROJETO

Após a execução de todas as entregas e da confirmação, pelo controle da qualidade, de que o produto atende ao que foi especificado, então é chegada a hora de finalizarmos o projeto. O “apagar das luzes” de um projeto assemelha-se muito à verificação de uma pessoa que fecha sua casa antes de viajar de férias.

Continuando nossa metáfora, existem atividades que não podem deixar de ser executadas para que aquela pessoa possa viajar tranquila. Essa analogia é uma provocação para pensarmos se queremos um final feliz ou traumático para o projeto. Se os requisitos foram devidamente mapeados, decompostos no escopo cuidadosamente, e se tudo isso foi controlado, monitorado, comunicado e acompanhado adequadamente, então as chances de um final feliz aumentam consideravelmente.

Por outro lado, se não seguirmos as recomendações de nossa proposta, nem observarmos diariamente para nossos planos e controles e, também, não levarmos em conta a opinião de nossos “stakeholders” desde o início do projeto, bem como não envolvermos os especialistas e dermos ouvidos a eles, sabemos que grandes problemas nos esperarão na etapa de conclusão.

Segundo o PMBOK, “encerramento é o processo de finalização de todas as atividades de todos os grupos de processos de gerenciamento de projeto para encerrar formalmente o projeto ou fase”<sup>4</sup>. Esse encerramento

<sup>4</sup> PMI, Project Management Institute. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK). 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

*Handwritten signatures and scribbles on the right margin.*



formal do projeto é baseado no acordo estabelecido entre as partes e registrado nessa proposta.

Diferente do que muitas pessoas imaginam, o encerramento de um projeto não representa o encerramento de uma relação. Se as entregas foram cumpridas e uma vez que todo o processo de aceitação, registro e encerramento de projeto foi realizado, para o CCPSJ isso será a hora da celebração. Celebrar o final de um projeto é algo muito importante. Um projeto simboliza o esforço de uma equipe para entregar o resultado contratado.

A celebração serve como um rito de passagem para todas as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente no projeto. Celebrar o término de um projeto exitoso é um símbolo de respeito e reconhecimento pelo esforço empreendido por todos. Por isso, nossa organização está motivada a esta celebração em dezembro de 2022.

## 9. DA ADEQUAÇÃO À POLÍTICA PÚBLICA

O termo "inclusão social" tem sido bastante utilizado por diversos setores sociais, porém há um ponto em comum em sua definição: a inclusão social introduz um novo horizonte para a sociedade, pois indica outra etapa no processo de conquista dos direitos por parte de diversas frentes sociais, como pessoas portadoras de necessidades especiais, os explorados, excluídos e discriminados em razão da raça, do sexo, da orientação sexual, da idade, da origem-etnia, dentre outros.

E, sendo uma conquista de direitos, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o dia 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia das Nações Unidas – ONU (Resolução nº 217-A III).

A melhor maneira de compreender a inclusão social é entendê-la no sentido prático, de fazer da inclusão social a vida real das famílias e das comunidades, sendo um ponto de partida para a melhoria das condições de vida dos excluídos, prevendo a redução das desigualdades sociais.

A "inclusão social" constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

Continuando o entendimento, chegamos ao conceito de "inclusão social e produtiva", sendo, de uma forma direta, a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica no mundo do trabalho, reduzindo, por conseguinte, sua exclusão social e aumentando a produtividade do país.



Assim, o nosso projeto está acompanhando as estratégias de inclusão social e produtiva adotados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Trairi \_ SETREDE, que apontam para a promoção progressiva da integração dos cidadãos ao mundo do trabalho, por meio da qualificação e capacitação profissional, visando fomentar a viabilidade e a exequibilidade da conquista de emprego e trabalho decente e também a participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

Aliados a expectativa da consolidação e robustecimento dos mecanismos de inserção no mundo do trabalho junto e em colaboração com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Trairi \_ SETREDE propomos a realização de ações de qualificação.



## 10. DA CONTEXTUALIZAÇÃO

A formação para o trabalho no Brasil ocorre desde o tempo da colonização, ao se considerar, dentre outros, o desenvolvimento de aprendizagens laborais realizados nas Casas de Fundação e de Moeda e nos Centros de Aprendizagem de Ofícios Artesanais da Marinha do Brasil criados no ciclo do ouro. Durante o Brasil Império (1822 a 1889).<sup>5</sup>

Já na República, no ano de 1909, são criadas dezenove "Escolas de Aprendizes Artífices". Essas escolas possuíam como objeto o ensino *profissional, primário e gratuito*, e foram tidas como o marco do início da Educação Profissional e Tecnológica, sendo uma política pública no Brasil, instituídas através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro daquele ano.

Foi aprovado pelo Congresso Nacional, em 1927, um projeto que tornou obrigatória a oferta de escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, sendo prevista uma instância de *Inspetoria do Ensino Profissional Técnico* logo depois, em 1930, quando da criação do Ministério da Educação.

Após esse período, no ano de 1937, a Carta Magna enfatizou como dever do Estado o ensino profissional, definindo que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade.

Como ramificações, foi criado, em 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) com a definição de dois ciclos para este ensino, bem como o estabelecimento das

<sup>5</sup> Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=68731>, acesso em 10/02/2022.



bases iniciais de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942).

Em 1943 é instituída a Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto nº 6.141, de 28 de dezembro) e em 1946 a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613 de 20 de agosto), ano que foi criado o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro.

As escolas técnicas federais foram instituídas no ano de 1959, como autarquias a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal, as quais hoje compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Já no ano de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passou a permitir que os concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior.

As fazendas-modelo, em 1967, foram transferidas do Ministério da Agricultura para o MEC e passaram a ser denominadas escolas agrícolas. E em 1968, a Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 permitiu oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos.

Em 1971, a Lei nº 5.692/71 definiu que todo o ensino de segundo grau, hoje denominado ensino médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial).

Um outro marco importante para a formação do trabalho, foi a Lei Federal nº 6.297, de 11 de dezembro de 1975, que definiu incentivos fiscais no imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ) para treinamento profissional pelas empresas, o que impulsionou o mercado.

Em 1978, a Lei nº 6.545, de 30 de junho, transformou em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) as Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

No ano de 1982, a Lei nº 7.044/82 reformulou a Lei nº 5.692/71 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau e no ano de 1991 o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em formato institucional similar ao do Senai e do Senac.

O Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal foi instituído em 1994. Na Rede Federal houve transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em CEFETs.

*depo*

*[Handwritten scribbles]*



Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dedicou o Capítulo III do seu Título VI à educação profissional. Posteriormente esse capítulo foi denominado "Da Educação Profissional e Tecnológica" pela Lei nº 11.741/2008, que incluí a seção IV-A no Capítulo II, para tratar especificamente da educação profissional técnica de nível médio;

Entre os anos de 1998 e 2002 foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, pela Resolução CNE/CEB nº 04/99, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 16/99; em 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico pela Resolução CNE/CP nº 03/2002, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2004, de 21 de janeiro de 2004, definiu diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de educação profissional e de ensino médio.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2005, de 3 de fevereiro de 2005, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 39/2004, de 8 de dezembro de 2004, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio.

A Resolução CNE/CEB nº 3/2008, de 9 de julho de 2008, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2008, de 16 de junho de 2008, disciplinou a instituição e a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio – CNCT nas redes públicas e privadas de Educação Profissional".

Ato contínuo, em 2008, a Lei 11.741 introduziu importantes alterações no Capítulo III do Título V da LDB, o qual passou a tratar "da Educação Profissional e Tecnológica", além de introduzir uma nova Seção no Capítulo II do mesmo título, a seção IV-A, quarta "da Educação Profissional Técnica de Nível Médio".

Em 2012, foram definidas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução CNE/CEB nº 6/2012 com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012.

Em 25 de junho de 2014 foi sancionada a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação prevê "oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional". E, prevê "triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público".

Por fim, a Lei nº 13.415/2017, que introduziu alterações na LDB (Lei nº 9394/1996), incluindo o itinerário formativo "Formação Técnica e Profissional" no ensino médio. A nova redação da LDB refere-se aos critérios a serem adotados pelos sistemas de ensino em relação à oferta da ênfase técnica e profissional, a qual deverá considerar "a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação".



estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional”, bem como “a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade”.

Com o acima exposto, percebe-se que a educação profissional e tecnológica, em sentido lato, e no Brasil, em especial, tem se tornado um elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, marcada por transformações e crescente tecnologia.

Seu alcance não se restringe ao pensamento único de treinamento do cidadão para a empregabilidade, tampouco reduz esse cidadão a um instrumento robotizado executor de tarefas. Vai muito mais além. Estamos diante de uma realidade cuja conjuntura se estreita e está intrinsecamente relacionada com uma rede de determinações, mediações e conflitos entre diferentes esferas da sociedade, são elas: econômica, social, política e cultural.

Partindo dessa premissa, e sabendo que nesse contexto circulam movimentos de construção e reconstrução, onde se situam os inúmeros atores sociais e diferentes interesses, a educação profissional e tecnológica deverá ser gerada através de um processo que integre a formação profissional ao campo de um sistema nacional de educação, universalizado e democratizado, em todos os níveis e modalidades, qualificando e educando em bases científicas, bem como ético-políticas, com o fim de compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio- históricas e culturais de poder.

Somente assim, com a mediação da educação, evita-se o erro de se transformar em mercadoria e de se considerar a educação profissional e tecnológica como adiestramento ou treinamento. Cabe ressaltar que sobre esses fundamentos deve-se estruturar a educação profissional e tecnológica, permitindo ao cidadão participar livre e ativamente da construção social e adquirir capacidade de se exercitar intelectual e tecnicamente.

Essa modalidade de ensino é desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores devem-se articular preferencialmente com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

A educação profissional técnica de nível médio pode ser articulada de três formas ao ensino médio: integrada ao curso de nível médio; concomitante, em caráter complementar a ele; ou subsequente, quando é exigida a conclusão do ensino médio.

*Handwritten signature*

*Handwritten initials*



Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação, concernentes ao nível superior de ensino, organizam-se segundo as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Muito embora tenha existido diversas conquistas, ainda há muito o que se construir, como demonstram os dados abaixo elencados. A população em situação de vulnerabilidade, dentre eles mulheres chefes de família, trabalhadores na condição autônoma, jovens de 16 a 29 anos a procura do primeiro emprego, populações indígenas, quilombolas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, LGBTT, apenados e egressos do Sistema Penal e de medidas socioeducativas, historicamente são os mais penalizados com a crise global, por diferentes e diversos fatores.

No ano de 2021, com a retomada da economia, houve uma grande redução do desemprego, que chegou a 11,6% em novembro deste ano, recuando 2,8% quando comparado com o mesmo período de 2020. Lembrando que, mesmo assim, o nível atual da taxa de desocupação já se encontra no patamar pré-crise, muito embora os índices estarem se aproximando aos anteriores à crise sanitária da COVID-19.<sup>6</sup>

No quarto trimestre de 2021 tivemos 12 milhões de desempregados (desocupados), representando 11,1% de desemprego. 4,8 milhões de pessoas desalentadas e 24,3% de pessoas subutilizadas.<sup>7</sup>

Quando analisamos a taxa de desemprego por região, verificamos que o Nordeste é a Região mais atingida, com a taxa de 14,7%, contra 6,7% no sul do país, senão vejamos:<sup>8</sup>



<sup>6</sup> Melhoras do mercado de trabalho. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/01/recuperacao-da-economia-leva-a-forte-reducao-do-desemprego-aponta-estudo-da-spe>. Acesso em 10/02/2022.

<sup>7</sup> Desemprego. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 10/02/2022.

<sup>8</sup> Idem.

*Handwritten signature*

*Handwritten initials*

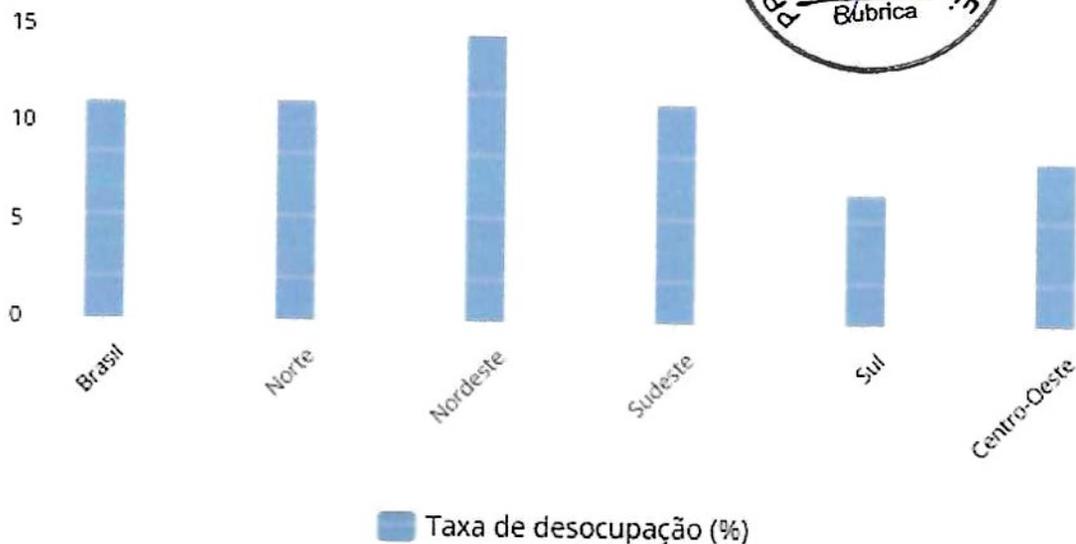


Gráfico 1: Taxa de desocupação. Fonte: IBGE.

Muito embora a média de desemprego no país tenha caído, quando analisados os dados de desemprego entre jovens com idade de 14 a 17 anos, chegamos ao índice de 46% e de 18 a 24 anos o desemprego afeta 31% das pessoas, conforme os dados de 2021, percebe-se que estes índices estão acima do dobro da média nacional, que é de 11,1%.<sup>9</sup>

Tal persistência de desemprego entre os mais jovens causa consequências de longo prazo, isso porque os jovens que completaram 18 anos em meio a recessão e à estagnação que se seguiu, estão tendo grandes dificuldades de experimentar o primeiro emprego, muitos deles sequer experimentaram o mercado de trabalho. Situação extremamente preocupante.

Quando delimitamos os dados para o Estado do Ceará, verificamos que a taxa de desemprego/desocupação no Ceará caiu para 12,4% da força de trabalho no trimestre de julho a setembro de 2021, assim, 492 mil pessoas foram registradas como desempregadas, apontando uma redução de 14,8% em relação ao segundo trimestre ano, que foi de 577mil pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do IBGE divulgada em novembro de 2021.<sup>10</sup>

A pandemia por COVID-19 e variantes intensificou o desemprego, o que também aconteceu com os

<sup>9</sup> Jovens são os mais afetados pelo desemprego. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-08/pesquisa-aponta-que-os-jovens-sao-os-mais-afetados-pelo-desemprego>. Acesso em 10/02/2022.

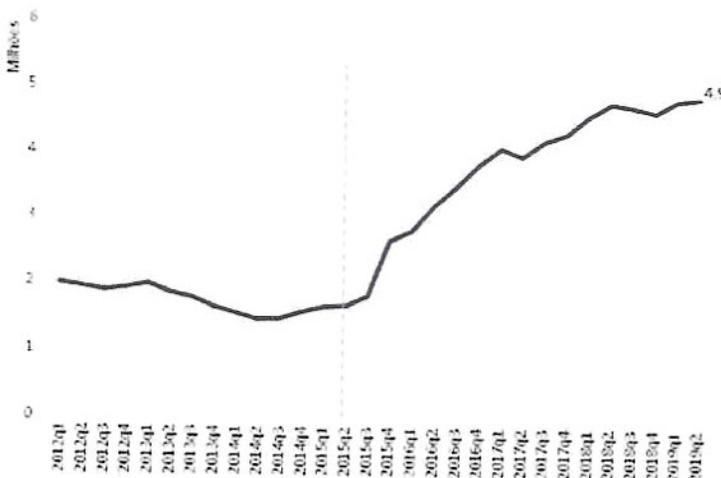
<sup>10</sup> Disponível em <https://www.ceara.gov.br/2021/11/30/pnad-pesquisa-aponta-queda-da-taxa-de-desemprego-no-ceara/>. Acesso em 10/02/2022.



desalentados. A oferta de vagas de trabalho caiu bruscamente. Meio milhão de postos de trabalho foram fechados nos últimos 12 meses.

O longo tempo de desocupação faz com que as pessoas percam as esperanças de obter uma colocação no mercado, elevando o nível de desalento da força de trabalho, que é o que acontece quando o indivíduo desiste da busca de emprego por acreditar que não conseguirá sucesso na empreitada. Não sem razão, a taxa e o número de desalentados no País têm apresentado recordes históricos.<sup>11</sup>

Dentre as motivações declaradas para o desalento, estão: falta de trabalho adequado, falta de experiência profissional ou qualificação, idade e falta de trabalho na região.



**Gráfico 2: Número de pessoas desalentadas (Em milhões de pessoas). Fonte: IBRE/FGV com dados da Pnad**  
**Contínua - IBGE**

No Estado do Ceará, a taxa de desalento (pessoas que desistiram de procurar emprego) caiu 12,3% entre o segundo e terceiro trimestre de 2021. São 54 mil desalentados a menos na força de trabalho potencial. Houve uma alta de 23,8% no setor de construção civil, passando a contar com 289 mil trabalhadores, e de 20% na indústria, com 75 mil trabalhadores a mais. O comércio teve uma alta de 6,1%, com 44mil trabalhadores a mais no ano de 2021.<sup>12</sup>

Cabe ainda também mencionar que sete em cada dez jovens na situação de desemprego tinham entre 15 e 24 anos de idade, o equivalente a 191 mil pessoas. Ao mesmo tempo que registra que a taxa

<sup>11</sup> O fenômeno do desalento começa a se manifestar com mais veemência no final de 2014, apresentando as variações anuais positivas mais intensas no segundo trimestre de 2016, o que fora constatado no Brasil e no Ceará. Nesse caso, a PNADC estima que existiam 364 mil indivíduos de 14 anos ou mais de idade desalentados, no terceiro trimestre de 2019, exatamente o dobro do quantificado para o mesmo trimestre de 2014 (181 mil), antes da crise econômica, além do que o número máximo de trabalhadores cearenses nessa condição fora registrado nos primeiros três meses desse ano (400 mil).

<sup>12</sup> Desemprego no Ceará. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/desemprego-no-ceara-cai-e-atinge-124-no-3-trimestre-1.3165370>. Acesso em 10/02/2022.



de desemprego dos mais jovens é quase o dobro da que fora registrada entre os jovens adultos (25 a 29 anos), elevando ainda mais a dificuldade que esse segmento possui para ingressar no mercado de trabalho. Isto porque, embora o desemprego seja uma marca geral da dinâmica da economia, que oscila entre períodos de expansão e de retração como uma sanfona, há que se destacar que, para além dos impactos gerais que a economia exerce na força de trabalho como um todo, existem particularidades que são próprias dessa faixa de idade como a falta de experiência ou qualificação profissional entre aqueles que estão na batalha do primeiro emprego.

Ainda, dos jovens desempregados, 51,9% são do sexo masculino e 48,1% do sexo feminino, dado que, durante a pandemia houve elevação do desemprego mais expressiva entre os homens do que a registrada entre as mulheres (13,2% contra 6,2%), fazendo com que o diferencial do patamar de desemprego entre os sexos diminuísse de 6,3 para 5,3 pontos percentuais. Ou seja, ainda que o aumento do desemprego na pandemia tenha atingido mais duramente os jovens do sexo masculino, esta situação recai com maior peso entre as mulheres, pelo próprio diferencial do indicador entre os sexos.<sup>13</sup>

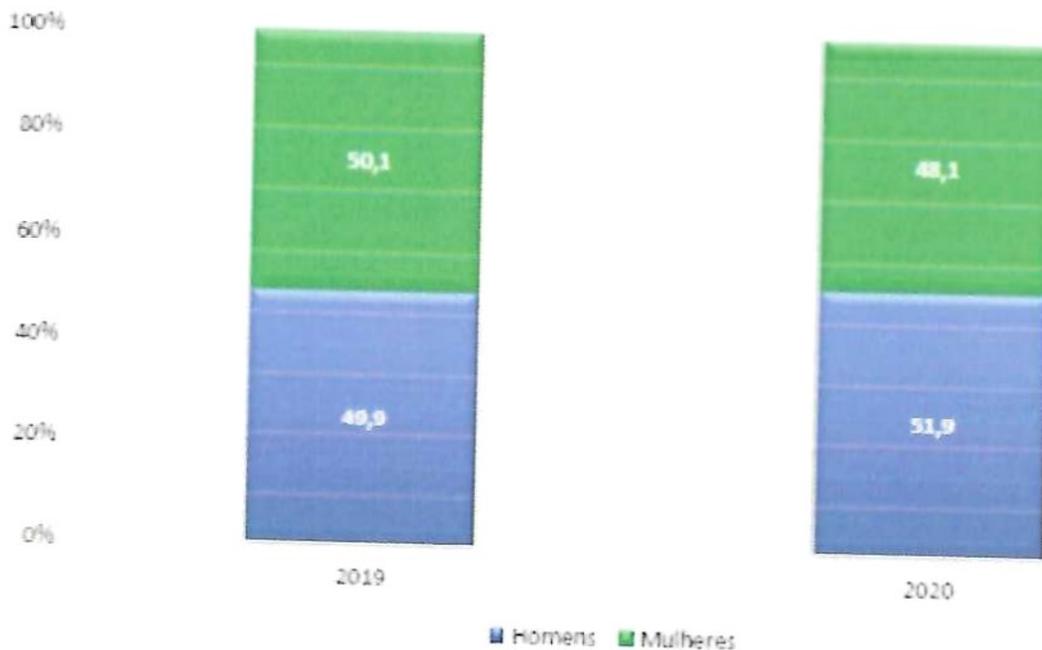


Gráfico 3: Pessoas de 25 a 29 anos desempregadas por sexo (%) – Ceará 2019/2020. Fonte: IBGE/PNADc.

<sup>13</sup>O IMPACTO DA PANDEMIA NA JUVENTUDE CEARENSE. Disponível em <https://www.idt.org.br/arquivos/publicacao>. Acesso em 10/02/2022.

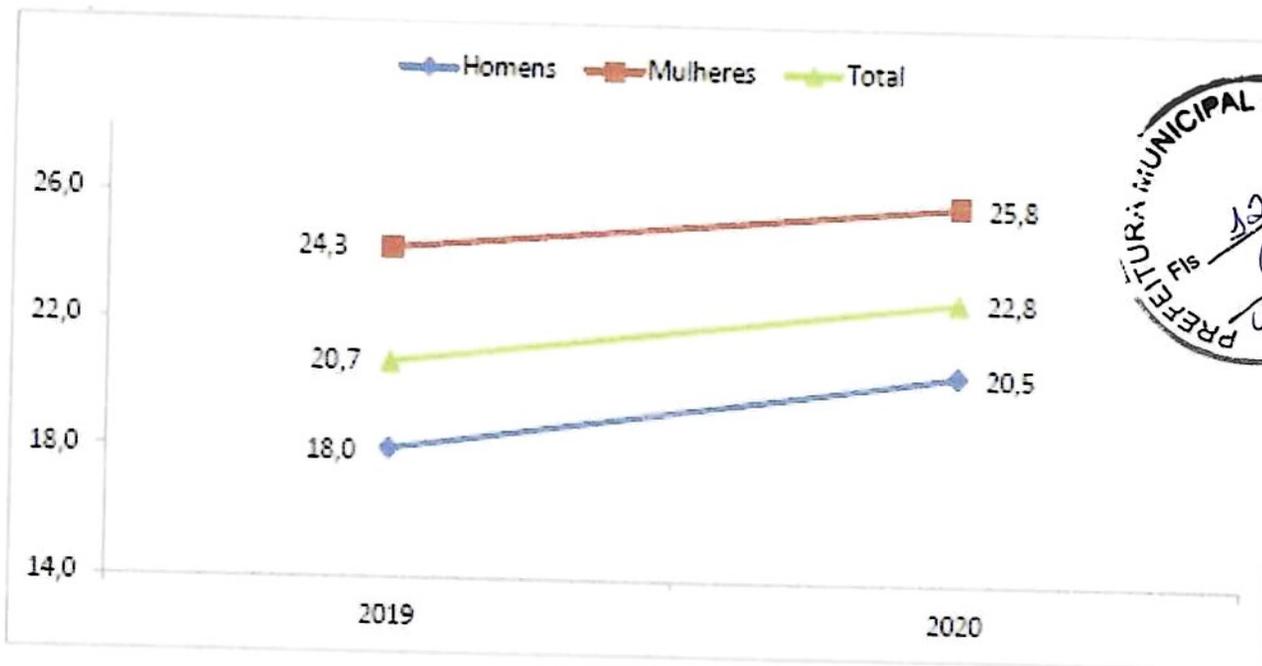


Gráfico 4: Taxa de desemprego das pessoas de 15 a 29 anos por sexo no Ceará. Fonte: IBGE/PNADc.

Na desagregação das informações por escolaridade verifica-se que mais da metade dos jovens desempregados no estado tinha ou cursava o ensino médio (59,5%), seguida especialmente dos de ensino superior (22,1%) ou fundamental (13,1%) nas mesmas condições de concluso ou em andamento, o que evidencia um perfil escolar cada vez mais elevado da força de trabalho estadual. E isso fica ainda mais evidente quando se avaliam especificamente os jovens que estavam à procura de trabalho ao mesmo tempo em que estudavam, pois estes possuíam um perfil escolar ainda mais elevado, dado que mais da metade deles era universitária (57,0%) ou cursava o ensino médio (27,5%).<sup>14</sup>

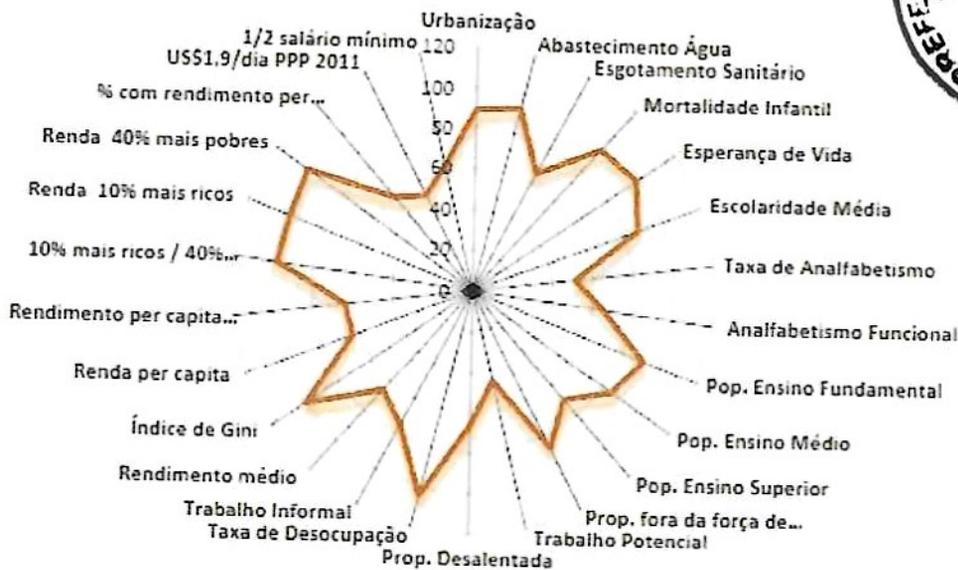
Quanto aos indicadores socioeconômicos temos que: no Estado do Ceará, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2021 era de 2.024.852 dentre as quais: 1.161.052 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00; 145.827 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 398.257 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário-mínimo e 319.716 com renda per capita acima de meio salário-mínimo.

Com relação ao Programa Bolsa Família (PBF), este beneficiou, no mês de março de 2020, 1.103.697 famílias, representando uma cobertura de 108,5% da estimativa de famílias pobres no estado. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 85.021.676,00 no mês.

<sup>14</sup> O IMPACTO DA PANDEMIA NA JUVENTUDE CEARENSE. Disponível em <https://www.idt.org.br/arquivos/publicacoes>. Acesso em 10/02/2022.



Em resumo, e com o intuito de não tornar exaustivo o estudo dos indicadores sociais, o gráfico abaixo colacionado demonstra que o Ceará obteve uma média de 78,01% do nível nacional quando analisados todos os 26 indicadores.<sup>15</sup>



**Gráfico 5 – Radar dos indicadores sociais –Ceará – 2018** Fonte: PNAD/IPECE. Elaboração: IPECE

Isto é, o Ceará se aproxima em 78% da realidade nacional quanto a indicadores de demografia, educação, saneamento básico, mercado de trabalho e pobreza e desigualdade. De uma forma objetiva, o Ceará carece nos indicadores relacionados ao analfabetismo, tanto na taxa de analfabetismo absoluto (representando apenas 51,12% do patamar nacional), quanto no analfabetismo funcional (65,31% da proporção brasileira). Obteve desempenho inferior também na proporção de domicílios cearenses com esgotamento sanitário adequado, sendo este 65,46% quando comparada à proporção brasileira.

Dentro do tema de desigualdade, alguns indicadores também aproximam o Ceará do patamar nacional, como é o caso da proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos, bem como a renda acumulada pelos 40% mais pobres da população cearense, além da razão entre o rendimento domiciliar per capita destes dois grupos (98,26%) e o próprio índice de Gini que se aproximou em 99,45% do índice em nível nacional.

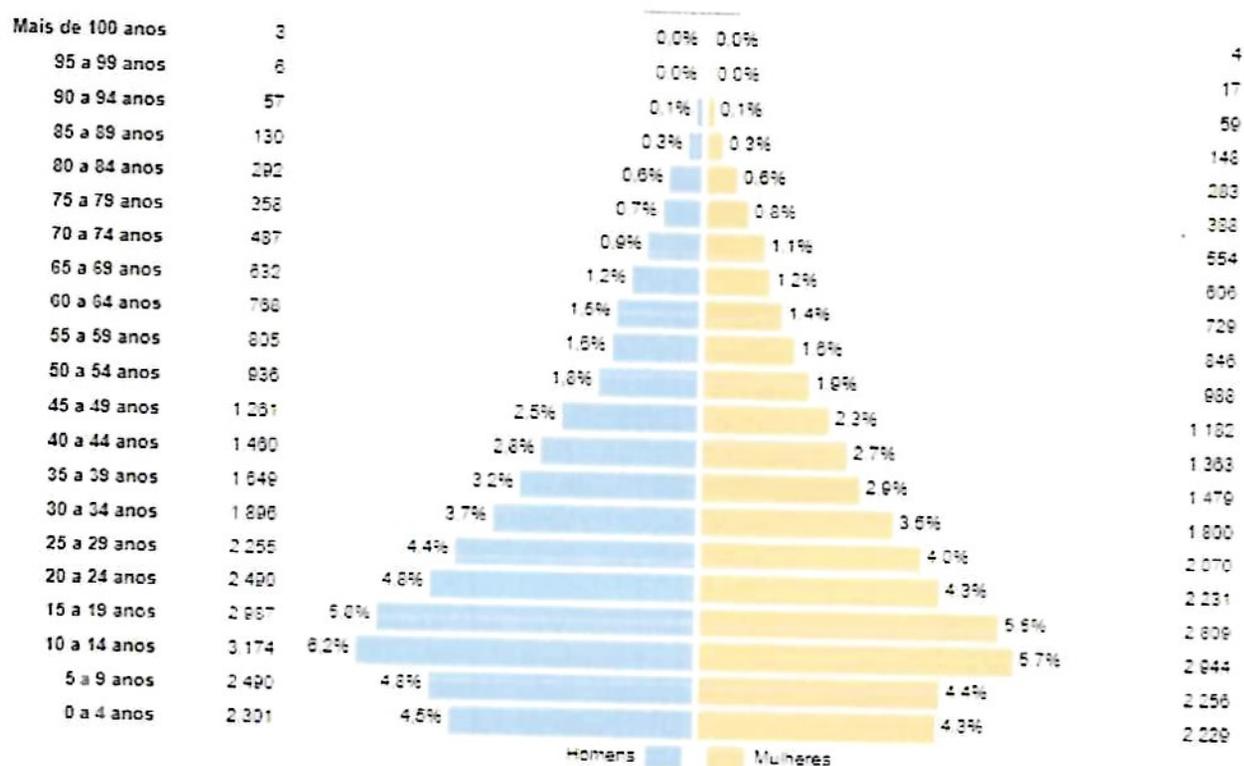
Fora do âmbito de pobreza e desigualdade, outros indicadores também se aproximaram bastante, como o

<sup>15</sup> IPECE, 2018. Disponível em [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/03/Indicadores\\_Sociais\\_2018.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/03/Indicadores_Sociais_2018.pdf). Acesso em 10/02/2022.



abastecimento de água (92,77%), a taxa de mortalidade infantil (93,93%), a esperança de vida (97,37%) e a proporção da população com ensino fundamental completo (91,31%).

Estreitando mais nossa análise, analisaremos os indicadores socioeconômicos do município. Trairi é um município brasileiro, capital do estado do Ceará, situado na região Nordeste do país, possui 924,555 km<sup>2</sup> de área e **56.653** habitantes estimados em 2021.<sup>16</sup> Trairi está inserido na região Metropolitana de Fortaleza, que é a sexta mais populosa do Brasil e a primeira do Norte e Nordeste.



**Gráfico 1 - Pirâmide etária do Município de Trairi. IBGE Censo 2010.**

A pirâmide etária do município em análise, demonstra o equilíbrio entre os habitantes do sexo masculino e do sexo feminino no município, no que tange a participação dos grupos etários.<sup>17</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é de 0,606 com registro de renda percapta em 2019 de 14.036,17 reais.<sup>18</sup> A população ocupada em 2019 era de Pessoal ocupado [2019] 3.951 pessoas.

Em resumo, o municípes trairienses precisam caminhar rumo a garantia dos direitos sociais e trabalhistas. A proporção desse processo exige a adoção rápida de políticas que estimulem a geração de emprego, trabalho

<sup>16</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Dados por Município.

<sup>17</sup> IBGE – Censos Demográficos 2000/2010. Disponível em [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/Ipece\\_Informe\\_30\\_13\\_abril\\_2012.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/Ipece_Informe_30_13_abril_2012.pdf). Acesso em 10/02/2022.

<sup>18</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/trairi.html>. Acesso em 10/02/2022.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



e renda, especialmente para os mais vulneráveis, haja vista os perigos existentes e documentados na literatura sobre as situações que atingem as pessoas não economicamente ativos, que podem ir da exclusão social até a criminalidade.

Nessa perspectiva de fortalecer os mecanismos de inserção no mundo de trabalho e promover o desenvolvimento de ações de inclusão social e produtiva de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social através da qualificação e capacitação profissional, visando contribuir com o aumento da obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população, esse projeto é desenvolvido, mais especificamente para as pessoas entre 18 e 60 anos com Ensino Fundamental, Médio ou Superior da rede pública de ensino e residentes e domiciliados no município de Trairi, público alvo do lote 01, do Edital de Chamamento Público N° 2022.04.25.001 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Trairi \_ SETREDE.

Sendo essas ações executadas em observância às premissas para a Política de Educação Profissional e Tecnológica, contidas no Decreto no 5.154/2004, que regulamento os artigos 36 a 41 da Lei no 9.394/96 e suas alterações, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre buscando ofertar qualificação e capacitação profissional, através do uso de novas tecnologias e processos inovativos, alinhada ao mapeamento das potencialidades econômicas, de emprego e de empreendedorismo, promovendo à inclusão social e produtiva, bem como ações de integração das famílias e da comunidade, fortalecendo vínculos comunitários e prática cidadã, nos territórios de abrangência e correspondendo às expectativas e necessidades do público-alvo acima mencionado.

Por todo o contexto analisado, essa Organização Social – Conselho Comunitário do Parque São José - CCPSJ pleiteia parceria com o Município de Trairi, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Trairi \_ SETREDE no Edital de Chamamento Público N° 2022.04.25.001.

Francisco Danny Viana



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

# TRAIRI MAIS QUALIFICADO - INDÚSTRIA DE CALÇADOS

## 1. FASE DE PLANEJAMENTO

**ETAPA** 1.1  
CONTRATAÇÃO E  
ADMINISTRAÇÃO  
GERAL, DA EQUIPE DO  
PROJETO

**ETAPA** 1.2  
SELEÇÃO  
CADASTRAMENTO  
DOS EDUCANDOS

**ETAPA** 2.1  
DESENVOLVIMENTO  
DO  
MÓDULO DE QUALIFICAÇÃO  
PROFISSIONAL

**ETAPA** 2.2  
DESENVOLVIMENTO  
DO  
MÓDULO  
APERFEIÇOAMENTO  
DE  
MÃO-DE-OBRA

**ETAPA** 2.3  
CERTIFICAÇÃO  
EDUCANDOS

*[Handwritten signature]*



**TRAIRI MAIS QUALIFICADO - Indústria de calçados**

- 520 horas Qualificação Profissional
- 120 horas de Aperfeiçoamento de Mão de Obra
- Fardamento
- Material didático

PRODUCT BREAKDOWN STRUCTURE - PBS  
(ESTRUTURA ANALÍTICA DO PRODUTO)





INDICADOR DE CUMPRIMENTO DE META		
INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	
NOME	FÓRMULA	
(IRMI)	IRMI = NA/MD	Relatório mensal do cumprimento de metas individualizadas, relatório mensal de cumprimento de metas definidas.
ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA METAS INDIVIDUAIS	<p>Onde:</p> <p>NA = Número de colaboradores com metas individuais atingidas</p> <p>MD = Número de colaboradores com metas individuais definidas</p>	



(IRMI) < 0,8: META COMPROMETIDA → (avaliar com profundidades dos agressores e definir plano de ação corretivo e monitorar resultados a curtíssimo prazo)

0,8 ≤ (IRMI) < 1: META EM ALERTA → (analisar os ofensores e definir plano de ação corretivo)

(IRMI) = 1: META COM RESULTADO ESPERADO → (manter ações planejadas)



# ANEXOS

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



portfólio CCPSJ . 2022



Conselho Comunitário  
do Parque São José

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

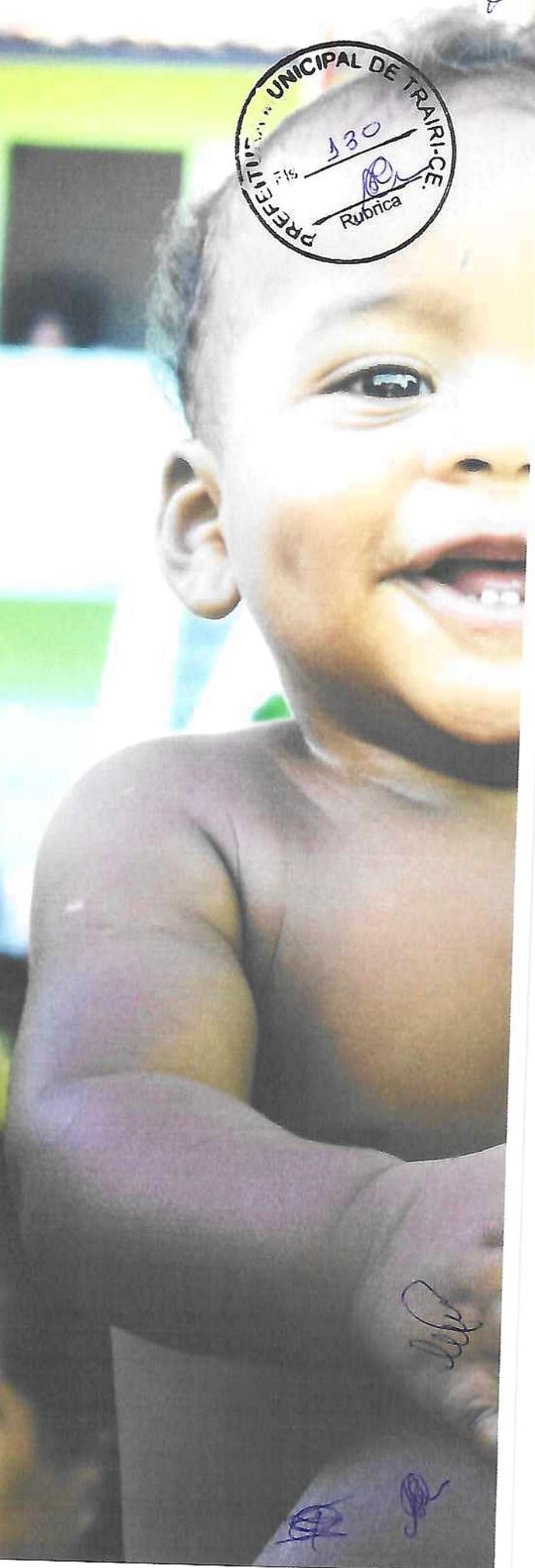
210



Até aqui, já são  
35 anos transformando  
histórias através da  
da cultura e do esporte.

Desde que fundei o Conselho Comunitário do Parque São José, eu e toda a nossa equipe trabalhamos todos os dias a promoção da Cultura, do Esporte, do Lazer e, principalmente, garantir o acesso à Educação para todos do Parque São José e adjacências.

*Lucimar Martins*  
Fundadora e Madrinha do Conselho  
Comunitário do Parque São José



*Lucimar*

*[Signature]*

17



# ÍNDICE

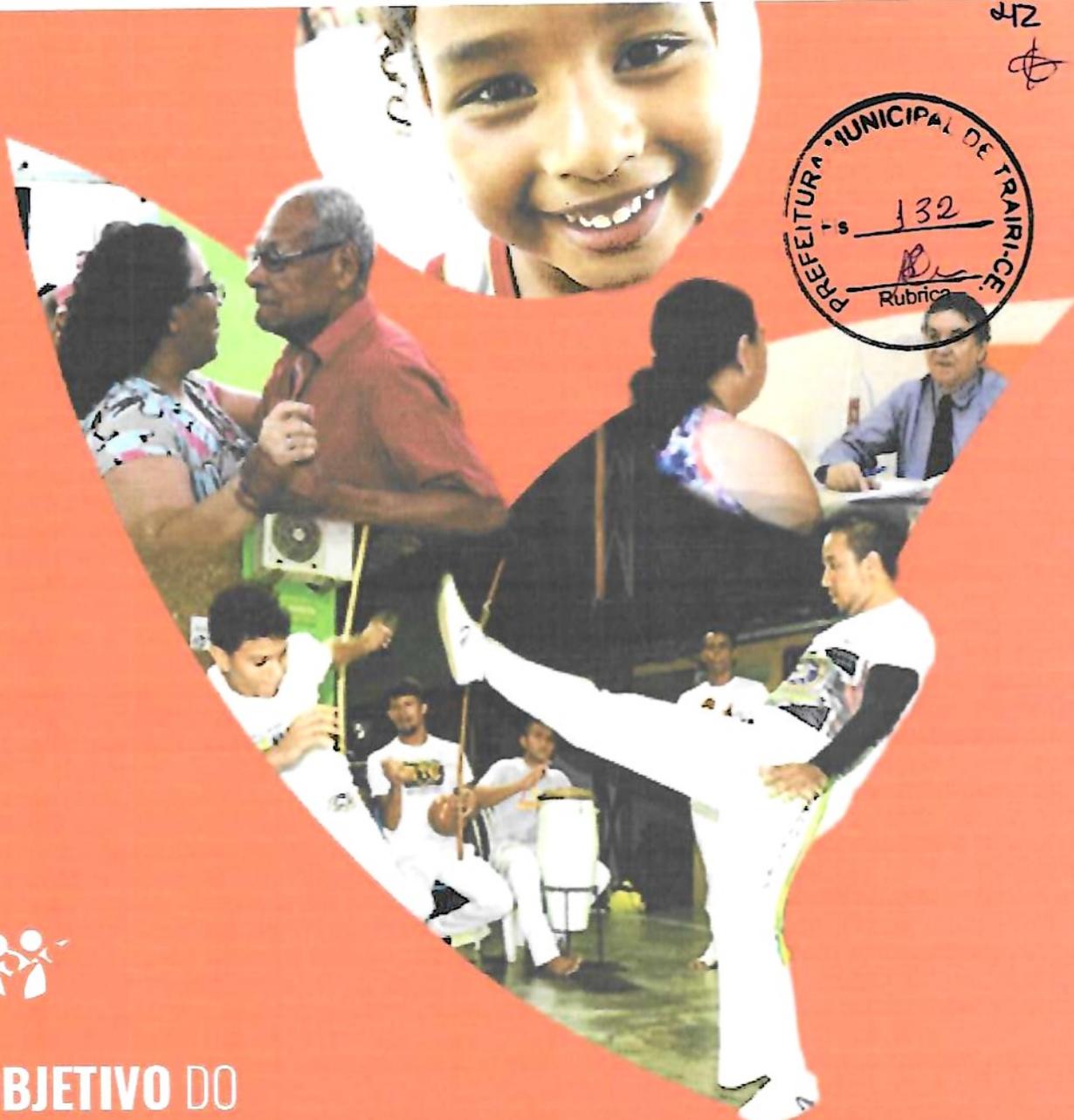
Conheça o CCPSJ	<b>03</b>
História e Projeto ABC	<b>05</b>
CCPSJ em números	<b>07</b>
Reconhecimento Social	<b>08</b>
Gestão Compartilhada	<b>09</b>
Atividades, Programas e Projetos	<b>11</b>
Ações na Pandemia	<b>15</b>
Capacidade Técnica Operacional	<b>16</b>
Parceiros	<b>28</b>



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



412



## OBJETIVO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ

O CCPSJ tem por objetivo atender crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social residentes no bairro Parque São José e adjacências, intermediando a inclusão social destes, em integração com suas famílias, e a comunidade, considerando seus direitos, suas necessidades físicas, psicológicas, intelectuais, sociais e emocionais.





## VALORES

**Respeito pelos indivíduos:** Respeitar o direito de cada pessoa, buscando integrá-los no convívio do grupo para melhor desempenho das atividades profissionais, favorecendo o resultado coletivo;

**Participação:** Trabalhar dentro das possibilidades da equipe, desenvolver e aplicar ações, buscando uma nova atividade participativa;

**Ética e Transparência:** Agir de forma a cooperar na solidificação da ação justa, eficaz e transparente de todas as suas atividades;

**Cooperação:** Cooperar com todos os segmentos da sociedade civil organizada e com órgãos públicos, a fim de promover o intercâmbio para o desenvolvimento das ações propostas, tendo como foco único a comunidade;

**Comprometimento:** Cumprir com lealdade o que preceitua o estatuto da entidade, bem como firmar e cumprir o compromisso de defesa e de lutas ao direito socioassistencial aos mais vulneráveis da comunidade.



## MISSÃO

Promover e articular ações propostas por um projeto político-pedagógico holístico em defesa dos direitos humanos, da elevação da qualidade de vida e do desenvolvimento de potencialidades na contribuição da redução das desigualdades sociais.



## VISÃO

- Propiciar um espaço democrático de gestão entre a sociedade civil organizada e o poder público;
- Ser uma instituição de referência no combate à redução das desigualdades sociais.

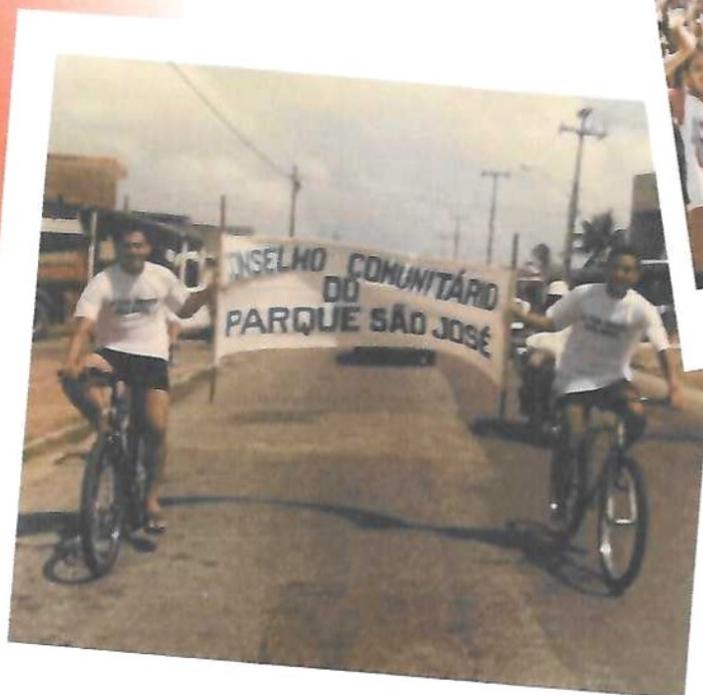
# HISTÓRIA DO CCPSJ



O Conselho Comunitário do Parque São José – CCPSJ, foi uma entidade criada e com diretoria oficializada no dia 09 de setembro de 1987, com o principal objetivo de atender a comunidade no sentido de promover assistência social em geral em todos os seguimentos: à criança, adolescente, jovem, adulto e ao idoso, e que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, ainda em defesa do bem-estar do bairro Parque São José e adjacências.

CCPSJ, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e filantrópico, cuja duração é por tempo indeterminado, tem por finalidade desenvolver ações de promoção e valorização da vida humana e assim contribuir para o desenvolvimento pleno da cidadania e cooperação com as camadas da população que estão desamparadas.

Pela ação do poder público, é que, buscamos desenvolver e aprimorar atividades que se configuram mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

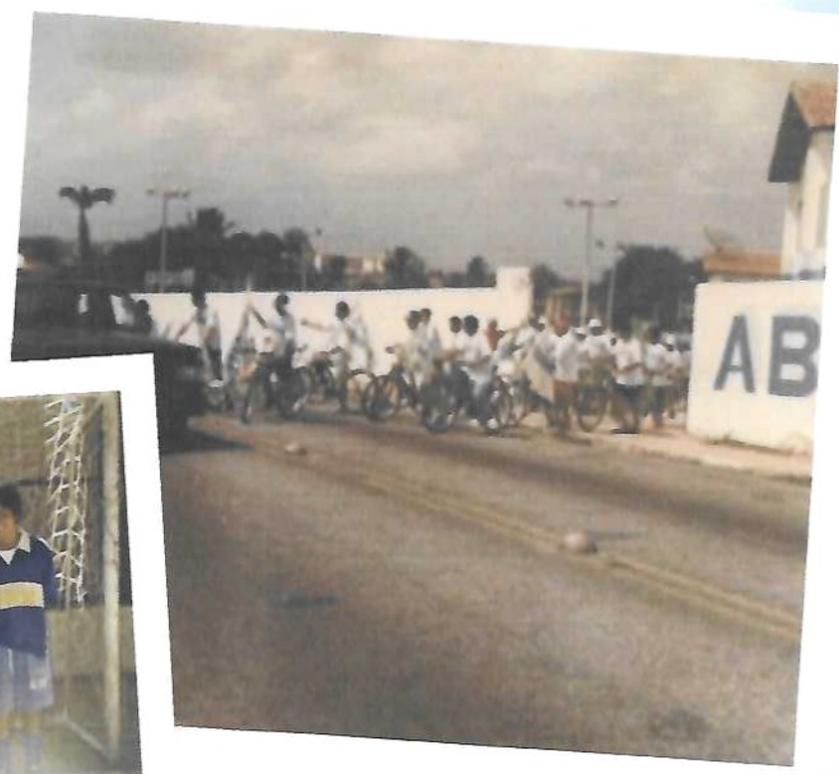




O CCPSJ tem uma grande e importante atuação na comunidade do Parque São José e adjacências, com projetos de inclusão social para crianças, jovens, adultos e idosos, por meio de atividades esportivas, artísticas e culturais, e incentivo à leitura, à escrita e à cursos profissionalizantes, promovendo e garantindo uma nova realidade de futuro para todos.

Durante a história do CCPSJ, a instituição foi fundamental para implantação e gestão do "Projeto ABC", promovido pelo Governo do Estado do Ceará, sendo a primeira e única gestora do ABC Parque São José, atuando na promoção de atividades culturais, esportivas e educativas por mais de 23 anos, servindo à comunidade do Parque São José e bairros circunvizinhos. Outras comunidades também tiveram o CCPSJ como gestora do "Projeto ABC", destacam-se os bairros do Jangurussu, Curió e Cajueiro Torto, além do CIP Bom Jardim.

Através do "Projeto ABC" muitas histórias foram transformadas, trajetórias de pessoas que não tinham perspectiva alguma de futuro, como do "menino" Breno, uma criança alcançada através do esporte e que hoje atua no futebol profissional europeu.



*Handwritten signature*

*Handwritten scribble*

*Handwritten scribble*

46



# MAIS DE 10 MIL PESSOAS IMPACTADAS TODOS OS ANOS!

**+10**

CURSOS OFERTADOS  
PRA COMUNIDADE

**+30**

EVENTOS  
REALIZADOS

**+500**

FAMÍLIAS  
ATENDIDAS

**+840**

ADOLESCENTES  
ATENDIDOS NOS  
CENTROS  
SOCIEDUCATIVOS

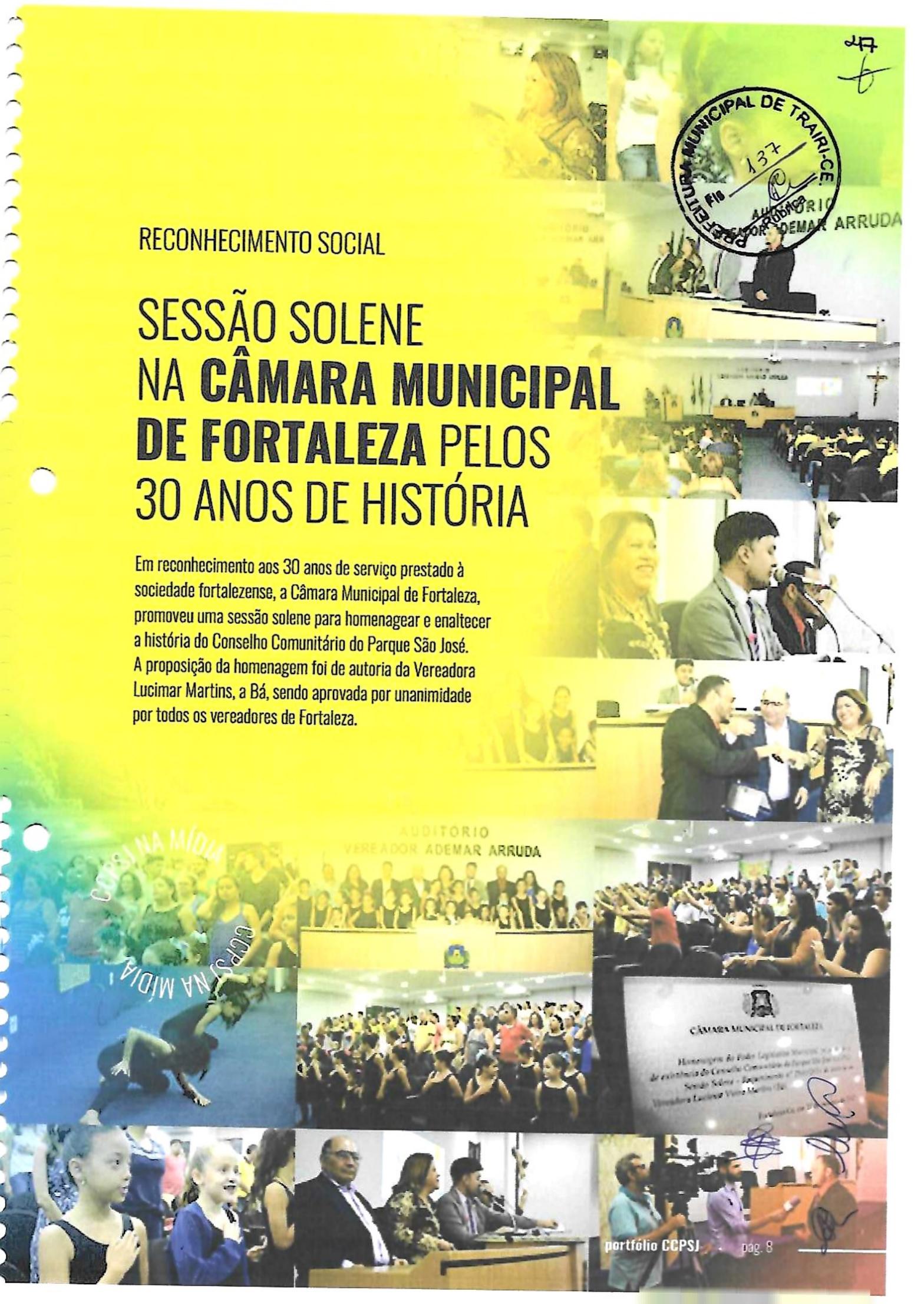
**+1500**

CRIANÇAS  
ASSISTIDAS

RECONHECIMENTO SOCIAL

# SESSÃO SOLENE NA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA PELOS 30 ANOS DE HISTÓRIA

Em reconhecimento aos 30 anos de serviço prestado à sociedade fortalezense, a Câmara Municipal de Fortaleza, promoveu uma sessão solene para homenagear e enaltecer a história do Conselho Comunitário do Parque São José. A proposição da homenagem foi de autoria da Vereadora Lucimar Martins, a Bá, sendo aprovada por unanimidade por todos os vereadores de Fortaleza.



Handwritten signature in the top right corner.

AUDITORIO  
VEREADOR ADEMAR ARRUDA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
Homenagem Ao Poder Legislativo Municipal, na  
destituição do Conselho Comunitário do Parque São José,  
Senador Sérgio - Departamento de Direitos e Assuntos  
Vereadora Lucimar Viana Martins (Bá)  
Fortaleza em 2014

28  
f

# GESTÃO COMPARTILHADA



Desde a sua fundação, em 1987, o CCPSJ sempre esteve disposto a contribuir com a construção de uma sociedade mais igualitária para todos. Além do seu trabalho próprio, a gestão compartilhada de projetos e iniciativas do poder público sempre foi bem presente em sua história.

De forma prática o CCPSJ teve suas primeiras experiências fazendo a gestão do "Projeto ABC", o que elevou o nome da associação em todo o Estado, lhe credenciando para gerir quaisquer outra iniciativa do Governo. Até aqui, foram anos de experiência na gestão de projetos públicos e privados, como também creches e centros socioeducativos estaduais.



Handwritten signatures and scribbles in blue ink.

49



## CENTROS SOCIEDUCATIVOS

Em parceria com o Governo do Estado do Ceará vem desde o ano de 2011 fazendo a gestão de Centros Socieducativos no Estado, promovendo a ressocialização de adolescentes e jovens, através de atividades de convivência e interação social, esporte, lazer e capacitação profissional, garantindo a eles um novo olhar e perspectivas de futuro, contribuindo diretamente com a sociedade como um todo.



## CRECHES

Desde 2007 o Conselho Comunitário do Parque São José, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, tem gerenciado diversas creches e institutos de promoção ao cuidado e desenvolvimento de crianças na capital cearense. O CCPSJ reconhece a importância dessas iniciativas para a construção de uma sociedade mais igualitária e a faz com a máxima responsabilidade e propriedade de gestão organizacional, pedagógica, financeira e humana.

# ATIVIDADES, PROGRAMAS E PROJETOS.

Para a conservação de suas finalidades o Conselho Comunitário do Parque São José – CCPSJ poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando: promoção da assistência social às minorias e excluídos, desenvolvimento econômico e combate à pobreza; a preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção de direitos das pessoas portadoras de deficiências, dos direitos da mulher e dos direitos da criança e do idoso; assessoria jurídica gratuita; combate a todo tipo de discriminação sexual, racial e social, trabalho forçado e infantil.





## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Através de diversas ações semanais, o CCPSJ busca diminuir as desigualdades sociais e garantir o acesso dos mais necessitados à serviços básicos nas mais diversas áreas.

Conheça algumas dessas ações:

- Ação Global/Ação Social
- Orientação Jurídica
- Distribuição de Cestas Básicas
- Distribuição de Alimentos
- Distribuição de Chesters
- Palestras Temáticas
- Projeto "Lanhouse Comunitária"
- Exibição de Filmes e Documentários



## EDUCAÇÃO

O CCPSJ acredita que a maior transformação vem através do conhecimento. Só com a Educação o indivíduo poderá alcançar seus objetivos. Conhecimento de mercado, de negócio, profissional e até o autoconhecimento são meios adotados pelo CCPSJ para promover a transformação na vida de crianças, adolescentes, jovens e idosos.

Conheça algumas dessas ações:

- Curso de Inglês e Espanhol
- Curso de Informática
- Curso para Jovem Aprendiz
- Teatro de Bonecos
- Reforço Escolar



51  
f



## DANÇA E ESPORTE

A interação social e o autoconhecimento físico e emocional são aspectos fundamentais para o desenvolvimento do ser humano. O CCPSJ promove diversas atividades, envolvendo a arte e o esporte, permitindo o acesso à atividades físicas e sociointerativas para todas as camadas da sociedade.

Conheça algumas dessas ações:

- Zumba
- Capoeira
- Ballet
- Futsal
- Artes Maciais
- Ginástica e Aeróbica
- Projeto "Atividade"



## CULTURA

O CCPSJ promove durante todo o ano diversos eventos para promoção da cultura e do lazer para a comunidade, além de abrir a oportunidade para a descoberta de novos talentos, sendo o início de carreiras na arte e no entretenimento de muitos jovens.

Conheça algumas dessas ações:

- Eventos em Datas Comemorativas (Mês da Mulher; Festa da Páscoa; Dia das Mães; Dia dos Pais; Dia das Crianças)
- Concurso de Beleza
- Pré-Carnaval "Bloquinho Parque Folia"
- Aniversário do Parque São José
- Festa Junina "Arraiá do Cumpade Conselho"
- Colônia de Férias
- Desfile Cívico
- Cantata de Natal
- Hosana Festival





## SAÚDE

O conhecimento e a prevenção são os melhores remédios, sobretudo para àqueles que possuem pouco acesso à uma saúde de qualidade ou detém o conhecimento ou recursos financeiros básico para tal. O CCPSJ promove constantemente diversas ações para promoção do conhecimento e acesso básico à saúde.

Conheça algumas dessas ações:

- Campanhas de Vacinação (pets e humanos)
- Palestra sobre a Dengue
- Palestra sobre Saúde Bucal (crianças e adultos)



## OPORTUNIDADES

A transformação passa pelo conhecimento, mas também pela capacitação profissional, garantindo o conhecimento teórico e prático para a inserção das pessoas no mercado de trabalho, além de promover o fortalecimento do empreendedorismo na comunidade.

Conheça algumas dessas ações:

- Oficina de Ovos de Páscoa
- Projeto "Mãos que Costuram Vidas"
- Curso de Boas Práticas e Manipulação de Alimentos
- Oficina de Trufas
- Curso de Administração em Recursos Humanos
- Curso de Manicure
- Curso de Aperfeiçoamento Profissional
- Oficina de Culinária/Comidas Regionais





## AÇÕES NA PANDEMIA

Mesmo com a chegada da pandemia e as muitas restrições sanitárias de prevenção e combate ao novo coronavírus, o CCPSJ não suspendeu sua ajuda humanitária, promovendo diversas ações de ajuda aos mais afetados.

Conheça algumas dessas ações:

- Distribuição de Cestas Básicas para profissionais do setor de eventos e para os mais afetados pela pandemia
- Distribuição de Máscaras

# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
088/2008	Termo de Colaboração nº 072033001 O Presente Termo Aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio de 2008, o qual tem como objeto o atendimento a crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC PARQUE SÃO JOSÉ.	O Presente Termo Aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio de 2008, o qual tem como objeto o atendimento a crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC PARQUE SÃO JOSÉ.  Beneficiários: a crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC PARQUE SÃO JOSÉ.	Prestar o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Parque São José.	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Meta 100% executada no período de vigência do instrumento  500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade na área de abrangência do Estado do Ceará.	RS 668.030,48	2008 / 2010
142/2009	Termo de Colaboração nº 308826001 O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC JANGURUSSU.  Financiador: SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DH	O Presente Termo Aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio de 2008, o qual tem como objeto o atendimento a crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC JANGURUSSU.  Beneficiários: O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC JANGURUSSU.	Prestar atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Jangurussu..	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Meta 100% executada no período de vigência do instrumento  500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Jangurussu da área de abrangência do Estado do Ceará	RS 158.540,17	2009 / 2010



55

*[Handwritten signatures]*

# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
144/2009	Termo de Colaboração nº 310003001 O Presente Termo Aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio de 2008, o qual tem como objeto o atendimento a crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC CURIO.	O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Jangurussu.  Beneficiários: O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC CURIO.	Prestar atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC CURIO.	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Meta 100% executada no período de vigência do instrumento  500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade na área de abrangência do Estado do Ceará.	RS 158.540,17	2009 / 2010
31/2010	Termo de Colaboração nº 09624328-7 O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Parque São José.  Financiador: STDS	O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Parque São José.  Beneficiários: O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Parque São José.	Prestar atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Parque São José.	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Meta 100% executada no período de vigência do instrumento  500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade na área de abrangência do Estado do Ceará.	RS 229.946,14	2010 / 2011



146

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
07/2010 - STDS	Termo de Colaboração nº 09624346-5 O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Jangurussu. Financiador: STDS	O Presente Termo Aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio de 2008, o qual tem como objeto o atendimento a crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC JANGURUSSU. Beneficiários: O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Jangurussu.	Prestar atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Jangurussu	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Meta 100% executada no período de vigência do instrumento 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade na área de abrangência do Estado do Ceará.	RS 229.946,14	2010 / 2011
52/2010 - STDS	Termo de Colaboração nº 09624019-9 O Presente Termo Aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio de 2008, o qual tem como objeto o atendimento a crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Parque São José. Financiador: STDS	O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Parque São José. Beneficiários: O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Parque São José.	Prestar atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Parque São José.	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual.	Meta 100% executada no período de vigência do instrumento 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade na área de abrangência do Estado do Ceará.	RS 485.179,47	2010 / 2011



# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
063/2011 - STDS	Termo de Colaboração nº 11262567-3 Serviço Sócio-educativo para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social do ABC Curitó.	Serviço Sócio-educativo para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social do ABC Curitó.  Beneficiados: O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Curitó.	Prestar atendimento a 500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Curitó.	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Meta 100% executada no período de vigência do instrumento  500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade na área de abrangência do Estado do Ceará.	RS 725.118,45	2011 / 2013
064/2011 - STDS	Termo de Colaboração nº 11262424-3 CONSTITUI O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E CONTRIBUIR COM A REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS, TEM AÇÕES VOLTADAS PARA ATIVIDADES DE ARTE E ESPORTE NO CIP BOM JARDIM.	CONSTITUI O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E CONTRIBUIR COM A REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS, TEM AÇÕES VOLTADAS PARA ATIVIDADES DE ARTE E ESPORTE NO CIP BOM JARDIM.  Beneficiados: O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 350 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos. CONSTITUINDO O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E CONTRIBUIR COM A REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS, TEM AÇÕES VOLTADAS PARA ATIVIDADES DE ARTE E ESPORTE NO CIP BOM JARDIM.	Prestar atendimento a 350 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas DE ARTE E ESPORTE NO CIP BOM JARDIM.	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Meta 100% executada no período de vigência do instrumento  500 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade na área de abrangência do Estado do Ceará.	RS 610.802,57	2011 / 2013



58  
/

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
075/2011 - STDS	<p>Termo de Colaboração nº 11262464-2</p> <p>CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 18 ANOS, DO SEXO FEMININO, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO NO CENTRO EDUCACIONAL ALDACY BARBOSA MOTA/CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ - CCPSJ</p>	<p>PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 18 ANOS, DO SEXO FEMININO, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO NO CENTRO EDUCACIONAL ALDACY BARBOSA MOTA</p> <p>Beneficiários: atendimento a 45 adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos, DO SEXO FEMININO, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO NO CENTRO EDUCACIONAL ALDACY BARBOSA MOTA.</p>	<p>Prestar atendimento a 45 adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos, DO SEXO FEMININO, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO NO CENTRO EDUCACIONAL ALDACY BARBOSA MOTA</p>	<p>Base física em Fortaleza com abrangência Estadual</p>	<p>Prestar atendimento a 45 adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos, DO SEXO FEMININO, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO NO CENTRO EDUCACIONAL ALDACY BARBOSA MOTA</p>	<p>RS 1.924.039,25</p>	<p>2011 / 2013</p>



69

# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
067/2011 - STDS	<p>Termo de Colaboração nº 11262462-6</p> <p>CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO.</p>	<p>CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO.</p> <p>Beneficiários: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A TODOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO</p>	<p>CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 100 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO; SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO</p>	<p>Base física em Fortaleza com abrangência Estadual</p>	<p>CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 100 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE LIBERDADE QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO</p>	<p>RS 5.400.257,77</p>	<p>2011 / 2013</p>



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
08/2013 - STDS	Termo de Colaboração nº 13197207-3 CONSTITUI O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E CONTRIBUIR COM A REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS, TEM AÇÕES VOLTADAS PARA ATIVIDADES DE ARTE E ESPORTE NO CIP BOM JARDIM.	CONSTITUI O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E CONTRIBUIR COM A REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS, TEM AÇÕES VOLTADAS PARA ATIVIDADES DE ARTE E ESPORTE NO CIP BOM JARDIM.  Beneficiárias: O Presente Convênio tem como objeto o atendimento a 350 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos. CONSTITUINDO O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E CONTRIBUIR COM A REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS, TEM AÇÕES VOLTADAS PARA ATIVIDADES DE ARTE E ESPORTE NO CIP BOM JARDIM	Prestar atendimento a 350 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas DE ARTE E ESPORTE NO CIP BOM JARDIM.	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Meta 100% executada no período de vigência do Instrumento  350 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade na área de abrangência do Estado do Ceará	RS 790.041,68	2013 / 2016



69

*[Handwritten signatures]*

# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
054/2013	Termo de Colaboração nº 13199417-4 CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES NA AFAIXA ETÁRIA DE 12 A 18 ANOS. DO SEXO FEMININO, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO NO CENTRO EDUCACIONAL ALDADI BARBOSA MOTA/CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ - CCPSJ	PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES NA AFAIXA ETÁRIA DE 12 A 18 ANOS. DO SEXO FEMININO, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO NO CENTRO EDUCACIONAL ALDADI BARBOSA MOTA  Beneficiários: atendimento a 45 adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos. DO SEXO FEMININO, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO NO CENTRO EDUCACIONAL ALDADI BARBOSA MOTA.	Prestar atendimento a 45 adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos. DO SEXO FEMININO, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO NO CENTRO EDUCACIONAL ALDADI BARBOSA MOTA	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Prestar atendimento a 45 adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos. DO SEXO FEMININO, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE OU LIBERDADE ASSISTIDA QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO ATRAVÉS DO PROJETO NO CENTRO EDUCACIONAL ALDADI BARBOSA MOTA	RS 5.291.900,67	2013 / 2017



*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
053/2013 -STDS	Termo de Colaboração nº 13199415-8 CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO.	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO.  Beneficiários: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 60 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 60 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 60 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO	RS 12.229.717,46	2013/ 2012



63

## CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
067/2016 -STDS	Termo de Colaboração nº 6799394/2016 O Presente Termo Aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio de 2008, o qual tem como objeto o atendimento a crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Cajueiro Torto.	O Presente Termo Aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio de 2008, o qual tem como objeto o atendimento a crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Cajueiro Torto.  Beneficiados: a crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Cajueiro Torto.	Prestar o atendimento a 400 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade, através das atividades socioeducativas no Projeto ABC Cajueiro Torto.	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Meta 100% executada no período de vigência do instrumento  400 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, em situação de risco social e vulnerabilidade na área de abrangência do Estado do Ceará.	RS 282.731,76	2016 / 2017



64

# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
004/2017 - STDS	<p>Termo de Colaboração nº 0445410/2017</p> <p>CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO.</p>	<p>CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO.</p> <p>Beneficiários: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 90 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO.</p>	<p>CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 90 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO.</p>	<p>Base física em Fortaleza com abrangência Estadual</p>	<p>CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 90 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL BOM BOSCO.</p>	<p>RS 18.555.620,80</p>	<p>2017 / 2022</p>



65

*[Handwritten signature]*

# CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Nº	INSTRUMENTO JURÍDICO	OBJETO	ATIVIDADE	ABRANGÊNCIA	RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS	VALOR TOTAL	PERÍODO
006/2017 - STDS	Termo de Colaboração nº 0446050/2017 Atendimento de adolescente, em cumprimento de medida socioeducativa de internação, no Centro Socioeducativo Passaré - CSP.	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE LIBERDADE QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL PASSARÉ.  Beneficiados: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 90 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE LIBERDADE QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL PASSARÉ.	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 90 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE LIBERDADE QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL PASSARÉ	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONVÊNIO ATENDER A 90 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DO SEXO MASCULINO, NA FAIXA ETÁRIA DE 12 A 21 ANOS EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE EM UNIDADES PRIVATIVAS DE LIBERDADE QUE NECESSITAM DE PROTEÇÃO, ATRAVÉS DO CENTRO EDUCACIONAL PASSARÉ	RS 17.507.038,32	2017 / 2022
87/2018	Nº do Processo 1740044/2018 Realização do Projeto HOSANA FESTIVAL ESPECIAL NATAL DA PAZ. Financiador: Casa Civil	Tem por objetivo geral o estabelecimento de apoio financeiro para o implementação do projeto "Hosana Festival – Especial Natal da Paz"  Beneficiados: 15 mil pessoas de qualquer bairro	Realização do Projeto HOSANA FESTIVAL ESPECIAL NATAL DA PAZ. Beneficiando 15 mil pessoas do bairro Parque São José e adjacentes.	Base física em Fortaleza com abrangência Estadual	Meta 100% executada no período de vigência do instrumento  15 mil pessoas, na faixa etária de 0 a 100 anos, na área de abrangência do Estado do Ceará.	RS 50.000,00	2018 / 2019



Uma trajetória de sucesso e longos anos de história não se constroem solitariamente, em toda essa jornada o CCPSJ pôde contar com a parceria de diversas entidades públicas e privadas.



## CONHEÇA NOSSOS PARCEIROS



Handwritten signatures and marks at the bottom right of the page.



Conselho Comunitário  
do Parque São José

Agradecemos pela oportunidade  
de poder apresentar nossa história,  
trabalho e carinho pelo povo  
mais carente da nossa sociedade.

Família CCPSJ

*[Handwritten signatures]*



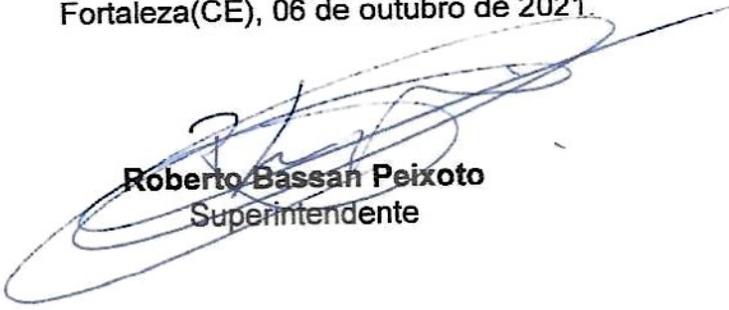
69  
✱

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

**Atesto**, para os devidos fins, que a organização da sociedade civil Conselho Comunitário Parque São José – CCPSJ, inscrita no CNPJ nº 12.460.630/0001-28, foi selecionada por meio do Chamamento Público nº 002/2016 para firmar, por meio de Termos de Colaboração, parceria com a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS, para realizar a gestão compartilhada das Unidades Socioeducativas Passaré e Dom Bosco, e que a mesma vem executando as parcerias com capacidade técnica, física e operacional, conforme especificado nos Planos de Trabalho devidamente aprovados por esta Superintendência.

**Atesto**, ainda, que os Termos de Colaboração estão sendo executados com qualidade, não existindo, até a presente data, fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade da entidade com as obrigações assumidas, confirmando assim a capacidade técnica e operacional para a execução do que foi proposto.

Fortaleza(CE), 06 de outubro de 2021.

  
**Roberto Bassan Peixoto**  
Superintendente

20  
f



AVANÇANDO JUNTOS, O TRABALHO NÃO PARA

Do que você precisa?

IMPRESSÃO | SERVIÇOS | GOVERNO

MAIS INFÂNCIA CEARÁ

# Mais Nutrição: doações ultrapassam 300 toneladas de alimentos

14 DE ABRIL DE 2020 - 19:05 | #Ceará #Coronavírus #Itama #Mais Nutrição

Assom Gabinete da Primeira Dama Texto

Ariel Gomes Fotos



O Governo do Ceará, por meio do programa Mais Nutrição, continua realizando a distribuição dos alimentos cedidos pelos permissionários da Central de Abastecimento do Ceará (Ceasa-CE), diante da pandemia mundial do coronavírus. Desde o início da ação, em junho de 2019, até o momento, já foram realizadas a doação de cerca de 310 toneladas de alimentos "in natura" e de mix de desidratados para 78 entidades de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú.



"É preciso ter um olhar especial para os mais vulneráveis e, assim, ajudar aos que mais necessitam. Por isso, o Estado vem garantindo que famílias beneficiadas com o Mais Nutrição continuem alimentando seus filhos, pois muitos dependem dessa doação de frutas, verduras e legumes", destaca a primeira-dama do Ceará, Onélia Santana.

Um rigoroso trabalho de prevenção e higienização é feito diariamente para garantir alimentação saudável para cerca de 15 mil crianças cearenses, com os profissionais do projeto reforçando a atenção na manipulação dos alimentos. As entidades estão marcadas em horários diferentes para receber as doações na fábrica de evitar aglomeração, além de serem orientadas a agendar o repasse para as famílias.

Para o gerente do Conselho Comunitário do Parque São José (CCPSJ), Narcélio Holanda, muitas pessoas dependem da doação e reforça o compromisso do Estado em atender aos mais vulneráveis. "Estamos com as atividades suspensas, mas garantindo o alimento de várias pessoas que vivem em nossa comunidade. Isso graças à continuidade do programa Mais Nutrição, que nesse momento é fundamental para auxiliar aqueles que estão desempregados, bem como as mães de famílias que dependem dos programas sociais e vivem na extrema pobreza", finaliza.



## Apoio ao Ibama

Além de proporcionar a segurança alimentar das pessoas em situação de vulnerabilidade, o Mais Nutrição alimenta também os animais do Ibama, principalmente aves (passeriformes e psitacídeos) e primatas (macaco prego e guaribas). Até o momento, cerca de 15 mil quilos de alimentos impróprios para o consumo humano já foram doados ao instituto, que semanalmente (segundas e quintas-feiras) realiza a busca de frutas, verduras e legumes, após serem separadas e selecionadas pelo tipo e qualidade.

*Handwritten signature*



## FORTALEZA/CE: CÂMARA REALIZA SESSÃO SOLENE PELOS 30 ANOS DO CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ

🕒 27 de outubro de 2017 📁 Câmaras

*Foto: André Lima*

A Câmara Municipal de Fortaleza realizou nesta sexta-feira (27) Sessão Solene em comemoração aos 30 anos de existência do Conselho Comunitário do Parque São José. A homenagem foi proposta pela vereadora Lucimar Martins – Bá (PTC), através do requerimento 2960/2016, aprovado por unanimidade pela Casa Legislativa. A sessão foi presidida pelo vereador Michel Lins (PPS), no ato representando o presidente do Legislativo Municipal, vereador Salmite Filho (PDT).

A Mesa Solene contou com as presenças da vereadora Lucimar Martins; do presidente do Conselho Comunitário do Parque São José, Francisco Dani Vieira Maia e do ex-vereador Zequinha Aristides. Antes do início dos trabalhos, as alunas do Corpo de Balé do Conselho Comunitário do Parque São José fizeram uma apresentação aos presentes sob a coordenação da professora Jessica Almeida.

Em sua saudação aos presentes, a vereadora Lucimar Martins (Bá) destacou a presença de sua família, várias lideranças comunitárias, dos brincantes da Quadrilha Rainha Imaculada e de várias pessoas da comunidade e bairros adjacentes. “Já tive muitos momentos felizes na vida, mas a noite de hoje está sendo especial, pois estou aqui comemorando o aniversário do Conselho que considero como um filho dileto e vendo tantas pessoas que fizeram parte dessa história, como o ex-vereador Zequinha Aristides, que nos deu a mão para que esse trabalho fosse pleno de êxito”, detalhou.

Em seguida a vereadora fez a entrega de uma placa comemorativa pelos 30 anos do Conselho Comunitário do Parque São José ao presidente da entidade, Francisco Dani Vieira Maia.

O orador seguinte foi o ex-vereador Zequinha Aristides. "Me sinto feliz nessa noite pois retorno a essa casa, onde permaneci por 10 anos como vereador de Fortaleza, nos anos de 1982 a 1992. E este conselho é como um filho é como uma planta, que semeei que cresceu e que deu frutos. Coloquei como presidente essa jovem que deu vida a entidade pelo amor que ela tem pelas pessoas mais carentes. Deus a iluminou e a encheu de bênçãos por sua dedicação aos mais humildes, Parabéns Bá pela pessoa que você é".

Disse que criou cinco conselhos comunitários (Parque Dois irmãos, Serrinha, Ipaumirim, José Walter e Parque São José) e somente esse último permanece vivo, graças ao trabalho da vereadora Bá.

O orador seguinte foi o presidente do Conselho Comunitário do Parque São José, Francisco Dani Vieira Maia, que afirmou que a vereadora Bá é a protagonista dessa história de 30 anos do Conselho, pois foi presidente do mesmo durante 23 anos. "Estou hoje nesse honroso cargo, me sentido jubiloso e realizado, pois conto com apoio total dela e da comunidade. O Conselho foi criado em 2 de setembro de 1987 quando 10 pessoas se reuniram e decidiram criar uma obra beneficente para as famílias carente do Parque São José que atuasse na área de assistência social", frisou.

Disse que no grupo estava aquela que protagonizou a entidade por 23 anos, doando a vida para proporcionar o bem-estar aos mais carentes. "Bá alimentava um sonho, o de criar uma associação para auxiliar os vizinhos e sua amizade estreita com o vereador Zequinha Aristides proporcionou que ele cedesse um espaço, organizasse a documentação e fundasse a entidade, a colocando como presidente. Depois ela adquiriu o espaço proporcionando uma sede própria para o conselho" destacou.

Revelou que através da entidade foram construídas 50 casas em regime de mutirão, banheiros e distribuídos filtros de barro. "A entidade cresceu, precisou de um anexo e depois fundou uma escola dando nome ao seu bem-feitor Escola Zequinha Aristides. Hoje o conselho continua prestando relevantes serviços as pessoas mais carentes. E mesmo com alguns querendo denegrir sua imagem, nunca se baixou às maledicências, porque tudo está certo, porque está nas mãos de Deus!" finalizou.

Fonte Oficial: <http://wp.cmfor.ce.gov.br/cmfor/camara-realiza-sessao-solene-pelos-30-anos-do-conselho-comunitario-do-parque-sao-jose/>.

Os textos, informações e opiniões publicados neste espaço são de total responsabilidade do(a) autor(a). Logo, não correspondem, necessariamente, ao ponto de vista do Portal do Magistrado.

## COMENTÁRIOS

0 comentários

Classificar por Mais antigos



Adicione um comentário

Plugin de comentários do Facebook

## PRODUTOS RECOMENDADOS



*[Handwritten signatures]*

ILUSTRÍSSIMO SENHOR TERCEIRO OFICIAL DE REGISTRO  
DE PESSOAS JURÍDICAS DE FORTALEZA-CE



O(A) REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: FRANCISCO DANNY VIEIRA MAIA  
NACIONALIDADE: BRASILEIRO // PROFISSÃO: AUTÔNOMO  
ESTADO CIVIL: DIVORCIADO // UNIÃO ESTÁVEL: SIM [ ] NÃO [ ]  
NOME DO PAI: FRANCISCO ADEMAR VIEIRA  
NOME DA MÃE: FRANCY MEIRY MAIA SILVA  
RG: 98098006941 SSP-CE // CPF: 001.076.473-9  
ENDEREÇO: RUA AGAMENON, 441 - BAIRRO: VILA PERI

REQUER:  O REGISTRO //  A AVERBAÇÃO //  O CANCELAMENTO

AVERBAÇÃO DA ATA DE ELEIÇÃO E POSSE

(DESCREVER O ATO SOLICITADO: REGISTRO DO ESTATUTO, AVERBAÇÃO DA ATA DE ELEIÇÃO E POSSE,  
AVERBAÇÃO DO ADITIVO AO ESTATUTO SOCIAL, BAIXA DA ENTIDADE (L.C. ...))



DA ENTIDADE DENOMINADA (RAZÃO SOCIAL):

CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ - CCPSJ

CNPJ Nº: 12.460.630/0001-28

SEDIADA NO ENDEREÇO:

RUA COSTA FREIRE, 2238 - BAIRRO PARQUE SÃO JOSÉ

FORTALEZA-CE, 14 DE JANEIRO DE 2022

Francisco Danny Vieira Maia  
(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL)

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE  
Averb. Nº 5042395 - 14 jan 2022  
Página 1/11 Emls. R\$ 167,00

30 RTD / RPJ  
José Wellington Alencar  
Escrivente Autorizado

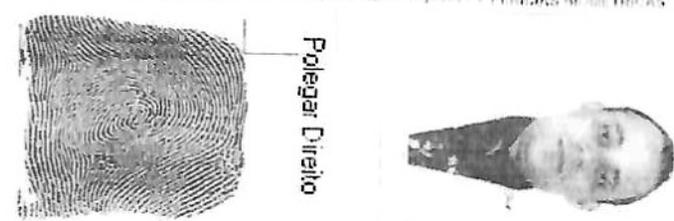
*[Handwritten signature]*

75  
f

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ  
CORPORAÇÃO DE POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ E POLÍCIA BOMBEIRAS

Polgari Direito



Francisco Danny Vieira Maia

CARTÉIRA DE IDENTIDADE



**Cartório Cavalcanti Filho**

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Fortaleza-CE, 08 de janeiro de 2015-11:49:35. Usuário.: SUELI

Antonio Gabriel Canafistula-Escrevente Autorizada  
Emolumentos: R\$ 1,03 Taxas: R\$ 0,82 Total: R\$ 1,85

Válido somente com selo de autenticidade

U1L 03  
AUTENTICACAO  
NP 66335.904

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 98098006941 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/05/2013

NOME FRANCISCO DANNY VIEIRA MAIA  
FILIAÇÃO FRANCISCO ADEMAR VIEIRA  
FRANCY NEIRY MAIA SILVA

NATURALIDADE QUIXADÁ - CE DATA DE NASCIMENTO 24/10/1979

DOC ORIGEM CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: ANT.BEZERRA TERMO:72551 FOLHA:98  
LIVRO:B-127 FORTALEZA - CE  
CPF 001.076.473-97

ASSINATURA DO DIRETOR P.: 6

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**Cartório Cavalcanti Filho**

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Fortaleza-CE, 08 de janeiro de 2015-11:49:35. Usuário.: SUELI

Antonio Gabriel Canafistula-Escrevente Autorizada  
Emolumentos: R\$ 1,03 Taxas: R\$ 0,82 Total: R\$ 1,85

Válido somente com selo de autenticidade

LYO 03  
AUTENTICACAO  
NP 66335.905

depa

f



Conselho Comunitário do Parque São José  
CNPJ: 12.460.630/0001 28

Rua Costa Freire, 2238 - Parque São José  
(85) 3483-6644 | conselho@parquesaose@hotmail.com

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE  
Averb. Nº 5042395 - 14 Jan 2022  
Página 2/11 Emls. R\$ 167,00

30 RTD / RPJ  
*João Wellington Alencar*  
Escrevente Autorizado

76  
*[Handwritten mark]*

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA  
DIRETORIA E SUPLENTE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO  
JOSÉ**



Ao dia 10 do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 14:00h, na sede do Conselho Comunitário do Parque São José, localizado na rua Costa Freire, 2238, no bairro Parque São José, nesta capital, Fortaleza, reuniram-se em Assembleia Geral, com a presença dos fundadores, membros efetivos e associados para o aceite de CARTAS DE RENÚNCIA do Tesoureiro e de suplentes e eleições para suprir as vacâncias do Conselho Comunitário do Parque São José – CCPSJ, Sociedade Civil sem fins lucrativos, registrada no Estatuto sob o nº 65878, datado de 22/10/1987, no Cartório Melo Jr, obedecendo a ordem do dia, para a qual foi convocada com o seguinte teor: a) apresentação, leitura e votação das cartas de renúncia do Tesoureiro e dos suplentes; b) apresentação dos candidatos ao preenchimento das vacâncias; c) eleições dos candidatos a Tesoureiro e Suplentes. Iniciando-se os trabalhos foi convidado para presidir os trabalhos o **Francisco Danny Vieira Maia**, Presidente do CCPSJ, que, aceitando o convite, convidou a senhora **THAIS DE LIMA VIEIRA SILVA** para secretariar, compondo, assim, a Comissão Eleitoral. Presentes os associados constantes da relação em anexo com as respectivas assinaturas e, em cumprimento ao Edital que foi fixado por todo o bairro e na sede, para a complementação de mandato, instituído em 23 de novembro de 2020. Em seguida, passou-se à leitura das cartas de renúncia dos membros

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten marks]*



supracitados cujo teor alegava motivos de foro íntimo de todos os renunciantes. Posteriormente, as missivas foram colocadas em votação, sendo todas aceitas pelos demais membros. Constatada a aceitação das renúncias, os cargos tornaram-se vacantes, sendo necessário o seu preenchimento. Desta forma, procedeu-se a apresentação dos candidatos aos cargos em aberto. Foram apresentados **Riquelme Richard de Lima Nobre** e **Cecília Raiane Martins dos Santos**, para o cargo de Tesoureiro e 2º Tesoureiro e para o cargo de suplência **Valter Abreu Silva**. Conferidas as documentações dos candidatos e a inexistência de impedimentos, procedeu-se a eleição por aclamação, sendo eleito para o cargo de Tesoureiro o Sr. **Riquelme Richard de Lima Nobre** e para os cargos de 2º Tesoureiro **Cecília Raiane Martins dos Santos** e suplência. Os demais membros da Diretoria permanecem incólumes. Assim, os novos membros eleitos foram empossados, ficando a atual Diretoria composta dos seguintes membros: PRESIDENTE: **Francisco Danny Vieira Maia**, VICE – PRESIDENTE: **Andréia Juliana Fernandes de Andrade**, SECRETÁRIO: **Thais de Lima Vieira Silva**, 2º SECRETÁRIO: **Raquel Fernandes do Nascimento Silva**, TESOUREIRO: **Riquelme Richard de Lima Nobre**, 2º TESOUREIRO: **Valter Abreu Silva**, CONSELHO FISCAL: **Antônio Girão Nobre**, 2º CONSELHEIRO: **Gabriel Martins Gomes**, 3º CONSELHEIRO: **José Alberto Martins Chagas**, SUPLENTE: 1º SUPLENTE: **Cecília Raiane Martins dos Santos**, 2º SUPLENTE: **Alcides Cristian de Sousa Cordeiro**, 3º SUPLENTE: **Harley Abne Almeida Barros**. Nada a mais havendo a tratar e nada mais

3º RFD / RPJ  
**José Wellington Alencar**  
Escrevente Autorizado

*dup*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*



78  
J

tendo a dizer, Eu THAIS DE LIMA VIEIRA SILVA,

Thais de Lima Vieira Silva, Secretária Eleitoral, lavrei a presente ATA que, em seguida, será assinada pelos diretores eleitos e associados. A seguir o presidente da mesa encerrou os trabalhos, determinando que a presente Ata seja registrada no cartório de registro civil.

Francisco Danny Vieira Maia

Presidente: FRANCISCO DANNY VIEIRA MAIA  
Brasileiro, divorciado, autônomo  
RG: 98098006941 SSP-CE  
CPF: 001.076.473-97  
Filiação: Francisco Ademar Vieira e Francy Meiry Maia Silva  
Endereço: Rua Agamenon, 441 - Vila Peri  
CEP: 60730-185 – Fortaleza-CE

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE  
Averb. Nº 5042395 - 14 jan 2022  
Página 4/11 Emls. R\$ 167,00

CAVALCANTI FILHO

3º R.P.J. / RPJ  
José Wellington Alencar  
Escritor Autorizado

Andréia Juliana Fernandes de Andrade

Vice – Presidente: ANDRÉIA JULIANA FERNADES DE ANDRADE  
Brasileira, solteira, gerente  
RG: 20074698740 SSP – CE  
CPF: 047.688.713-56  
Filiação: José Odilon Pereira de Andrade e Rosangela Fernandes de Andrade  
Endereço: Rua Dr. Procópio, 1249- Aracapé  
CEP: 60762-603 Fortaleza – CE

Thais de Lima Vieira Silva

Primeiro Secretário: THAIS DE LIMA VIEIRA SILVA  
Brasileira, divorciada, maquiadora  
RG: 2003009205042 SSP-CE  
CPF: 016.895.803-13  
Filiação: Antonio Vieira da Silva e Maria Auxiliadora Alves de Lima  
Endereço: Rua Costa Freire, 2319 – Parque São José  
CEP: 60730-255 Fortaleza – CE

REGISTRO CIVIL

Handwritten signatures and marks at the bottom right of the page.



Handwritten mark at the top right corner.

Raquel Fernandes do Nascimento Silva

Segundo Secretário: RAQUEL FERNANDES DO NASCIMENTO SILVA  
Brasileira, Solteira, Educadora  
RG: 99002208996 SSP-CE  
CPF: 648.303.733-34  
Filiação: Francisco Eudes do Nascimento e Francisca Fernandes do Nascimento  
Endereço: Rua Dr Procópio, 1251 – Aracapé  
CEP: 60762-603 Fortaleza – CE



Riquelme Richard de Lima Nobre

Primeiro tesoureiro: Riquelme Richard de Lima Nobre  
Brasileiro, solteiro, estudante  
RG: 2018101523-9 SSP – CE  
CPF: 630.161.493-38  
Filiação: Edmar Nobre Alexandre Junior e Kárcia Maria Lima da Costa  
Endereço: Rua João Ramalho, 400 – Parque São José  
CEP: 60730- 290 Fortaleza – CE

Cecília Raiane Martins dos Santos

Segundo tesoureiro: CECILIA RAIANE MARTINS DOS SANTOS  
Brasileira, casada, veterinária  
RG: 2002009030317 SSP – CE  
CPF: 031.480.513-35  
Filiação: José Flávio Januário dos Santos e Lucimar Vieira Martins  
Endereço: Rua Costa Freire, 2330 – Parque São José  
CEP: 60730-255 Fortaleza – CE

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE  
Averb. Nº 5042395 - 14 jan 2022  
Página 6/11 Emls. R\$ 167.00

Conselho Fiscal:

3º RTD (RPJ)  
José Wellington Alencar  
Escritório Autorizado

Antônio Girão Nobre

Primeiro Conselheiro: ANTÔNIO GIRÃO NOBRE  
Brasileiro, casado, autônomo  
RG: 98002504139 SSP – CE  
CPF: 033.963.193-70  
Filiação: Francisco Gomes Nobre e Maria Girão Nobre  
Endereço: Rua Conego de Castro, 3106 – Parque São José  
CEP: 60730- 202 Fortaleza – CE





*[Handwritten signature]*

Gabriel Martins Gomes

Segundo Conselheiro: GABRIEL MARTINS GOMES  
Solteiro, solteiro, agente administrativo  
RG: 20088600445 SSP – CE  
CPF: 088.694.293-42  
Filiação: Carlos Kleyson Soares Gomes e Diana Vieira Martins  
Endereço: Rua Costa Freire, 2334 – Parque São José  
CEP: 60730-255 Fortaleza – CE



José Alberto Martins Chagas  
Terceiro conselheiro: JOSÉ ALBERTO MARTINS CHAGAS  
Brasileiro, solteiro, motorista  
RG: 91025018985 SSP- CE  
CPF: 878.203.073-15  
Filiação: Alberto Evangelista Chagas e Maria José Martins  
Endereço: Rua João Ramalho, 400 – Parque São José  
CEP: 60730- 290 Fortaleza – CE

Suplentes:

Valter Abreu da Silva

Primeiro Suplente: VALTER ABREU SILVA  
Brasileiro, solteiro, motorista  
RG: 2000002303265 SSP – CE  
CPF: 586.905.062-68  
Filiação: Aroldo Rodrigues da Silva e Maria de Jesus de Abreu Silva  
Endereço: Rua 641, 01, BL – 12, QD – 06 LT – 03 - Cidade Jardim II, – Conjunto Prefeito José Walter  
CEP: 60110-000 Fortaleza – CE

Alcides Cristian de Sousa Cordeiro

Segundo Suplente: ALCIDES CRISTIAN DE SOUSA CORDEIRO  
Brasileiro, solteiro, motorista  
RG: 2004007045179 SSP – CE  
CPF: 071.111.443-92  
Filiação: Francisco Alcides Maciel Cordeiro e Antônia Luzia de Sousa Correia  
Endereço: Rua Eça de Queiroz, 1491 – Parque São José  
CEP: 60730-115 Fortaleza – CE

3º RTD / RPJ  
José Wellington Alencar  
Escrevente Autorizado

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA  
TERCEIROS**

**Registro nº 5042396**

Certifico e dou fé que recebi o documento em papel com 11 (onze) páginas, foi apresentado em 14/01/2022, o qual foi protocolado e registrado sob nº 5042396 em 14/01/2022, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas deste Cartório do 6º Ofício de Notas e 3º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Fortaleza, CNPJ 06.573.034/0001-51, na presente data.

**Natureza: Ata de Eleição e Posse**

**CNPJ do requerente: 12.460.630/0001-28**

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE  
Averb. Nº 5042395 - 14 jan 2022  
Página 11/11 Emls. R\$ 167,00

Fortaleza, 14 de janeiro de 2022

3º RTD / RPJ

*João Wellington Alencar*  
Escrevente Autorizado

CAIO JARDEL SANTOS NUNES  
Escrevente

30 RTD / RPJ  
*João Wellington Alencar*  
Escrevente Autorizado

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.



selo tipo 11  
REGISTRO DE RTD E RCPJ  
Nº AAH587968-E3Q9



consulte a validade do selo digital em:  
selodigital.tjce.jus.br/portal

SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE



selo tipo 1  
DISTRIBUIÇÃO / MICROFILMAGEM  
Nº AAL128834-H4V9  
AAL128835-H4V9  
AAL128836-L8V9



consulte a validade do selo digital em:  
selodigital.tjce.jus.br/portal

SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES	
Nº de atendimento:	20220114000125
Total emolumentos:	R\$ 128,25
Total FERMOJU:	R\$ 9,33
Total Selos:	R\$ 9,10
Total FRMMP:	R\$ 6,41
Total FAADEP:	R\$ 6,41
Total ISS:	R\$ 6,41
Valor Total:	R\$ 165,91
Base de cálculo / Atos com Valor Declarado	
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos	
Códigos: 5013, 5026, 5023	



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

Eu, Marcelo Holanda Melo Junior, inscrito com o RG de nº 2008524810-4 e CPF de nº 076 248 053 08, residente na Rua Estoroi Faria, nº 2334, Bairro Parque São José, CEP 60.730-255, venho solicitar a esta Assembleia Extraordinária o meu afastamento definitivo da diretoria como 1º Tesoureiro do Conselho Comunitário do Parque São José.

3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE  
Registro Nº 1190844 - 14 Jan 2022  
Página 1/2 EmIs. R\$ 123,00

Fortaleza, 07 de janeiro de 2022

3º R.T.D. / RPJ  
José Wellington Alencar  
Escritor Autorizado

CAVALCANTI FILHO

Marcelo Holanda M. Junior.  
076 248. 053-08



Cartório Cavalcanti Filho  
Rua Major Faundo, 680 - CEP. 60.730-080 - Fortaleza - Ceará - Brasil  
Fone: (85) 3223-0543 - Fax: 3240-1808 - e-mail: cartorio@cartoriomelojunior.com.br

Reconhecido por autenticação e firma digital:  
MARCELO HOLANDA MELO JUNIOR  
Nov 14, Fortaleza, 07 de janeiro de 2022, 10:12:49 (Cód.: 1818500362488) 10  
Caloscha Diniz de Souza (Escritor Autorizado)  
Encl.: R\$ 6,41 TAXA + R\$ 7,36 Total: R\$ 13,77 Função: Autêntica  
Válido somente com autenticação digital

CAVALCANTI FILHO  
CAVALCANTI FILHO  
CAVALCANTI FILHO



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten scribbles]*

**REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA  
TERCEIROS**

**Registro nº 1190844**



Certifico e dou fé que recebi o documento com 2 (duas) páginas, foi apresentado em 14/01/2022, o qual foi protocolado e registrado sob nº 1190844 em 14/01/2022, no Registro de Títulos e Documentos deste Cartório do 6º Ofício de Notas e 3º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Fortaleza, CNPJ: 06.573.034/0001-51.

Natureza: Carta de renúncia

CNPJ do requerente: 12.460.630/0001-28

3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE  
Registro Nº 1190844 - 14 jan 2022  
Página 2/2 EmIs. R\$ 123,00

Fortaleza, 14 de janeiro de 2022

3º RTD / RPJ  
*João Wellington Alencar*  
Escrevente Autorizado

3º RTD / RPJ  
*João Wellington Alencar*  
Escrevente Autorizado

CAIO JARDEL SANTOS NUNES  
Escrevente

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.



selo tipo 11  
REGISTRO DE RTD E RCPJ  
AAH587969-G5Q9



consulte a validade do selo digital em:  
selodigital.tjce.jus.br/portal

SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE



selo tipo 1  
DISTRIBUIÇÃO / MICROFILMAGEM  
AAL128838-K7V9



consulte a validade do selo digital em:  
selodigital.tjce.jus.br/portal

SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES	
Nº de atendimento:	20220114000128
Total emolumentos:	R\$ 92,34
Total FERMOJU:	R\$ 9,98
Total Selos:	R\$ 7,20
Total FRMMP:	R\$ 4,62
Total FAADEP:	R\$ 4,62
Total ISS:	R\$ 4,62
Valor Total:	R\$ 123,38
Base de cálculo / Atos com Valor Declarado	
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos	
Códigos: 6001, 6013, 5023	



*lap*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

Eu, Guilherme Martins, inscrito no CPF 08869420396 e RGN: 2008524804, Residente a Rua Antenor Costa Mendes 1759 - Bairro Parangipiranga São José, CEP: 60730-260 venho solicitar a esta assembleia Extraordinária do meu apartamento designação da diretoria como 2º tesoureiro do conselho comunitário do prédio São José

Fortaleza, 7 de Janeiro de 2022

Guilherme Martins  
CPF 08869420396



RECONHECIMENTO DE FORTALEZA - CARTÓRIO DE NOTAS DO DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DA CIDADANIA DE FORTALEZA  
Reconheço por semelhança a firma indicada de **GUILHERME MARTINS GOMES** que confere c/ o padrão reg. nesta serventia.  
Dou fe.  
Fortaleza, 13 de janeiro de 2022 Em test. *[Signature]* da verdade.  
Francisco Gustavo Pirajá dos Santos (Escrivente Autorizado)  
Valor Total R\$ 5,30  
CR760168

3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE  
Registro Nº 1190845 - 14 Jan 2022  
Página 1/2 Emls. R\$ 123,00

*[Signature]*  
3º RTD / RPJ  
José Wellington Alencar  
Escrivente Autorizado



*[Signature]*

*[Signature]*

86  
A

**REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA  
TERCEIROS**

**Registro nº 1190845**



Certifico e dou fé que recebi o documento com 2 (duas) páginas, foi apresentado em 14/01/2022, o qual foi protocolado e registrado sob nº 1190845 em 14/01/2022, no Registro de Títulos e Documentos deste Cartório do 6º Ofício de Notas e 3º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Fortaleza, CNPJ: 06.573.034/0001-51.

Natureza: Carta de renúncia

CNPJ do requerente: 12.460.630/0001-28

3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE  
Registro Nº 1190845 - 14 Jan 2022  
Página 2/2 Emls. R\$ 123,00

Fortaleza, 14 de janeiro de 2022

3º RTD / RPJ  
José Wellington Alencar  
Escrevente Autorizado

3º RTD / RPJ  
José Wellington Alencar  
Escrevente Autorizado

CAIO JARDEL SANTOS NUNES  
Escrevente

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO CEARÁ  
selo tipo 11  
REGISTRO DE RTD E RCPJ  
AAH587970-F4Q9



SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE

consulte a validade do selo digital em:  
selodigital.tjce.jus.br/portal

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO CEARÁ  
selo tipo 1  
DISTRIBUIÇÃO / MICROFILMAGEM  
AAL128839-J6V9



SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE

consulte a validade do selo digital em:  
selodigital.tjce.jus.br/portal

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES	
Nº de atendimento:	20220114000129
Total emolumentos:	R\$ 92,34
Total FERMOJU:	R\$ 9,98
Total Selos:	R\$ 7,20
Total FRMMP:	R\$ 4,62
Total FAADEP:	R\$ 4,62
Total ISS R\$:	4,62
Valor Total:	R\$ 123,38
Base de cálculo / Atos com Valor Declarado	
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos	
Códigos: 6001, 6013, 5023	



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

EU, FLÁVIA PATRÍCIA MARTINS DOS SANTOS, INSCRITA NO CPF: 040.965.773-05, E RG N° 9901043452, RESIDENTE A RUA COSTA FREIRE, 2334, BAIRRO PARQUE SÃO JOSÉ, CEP: 60730-255, VENHO SOLICITAR A ESTA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA O MEU AFASTAMENTO POR MOTIVOS PESSOAIS DA DIRETORIA DO CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ.



FORTALEZA, 07 DE JANEIRO DE 2022

Flávia Patrícia Martins dos Santos  
040.965.773-05.

3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE  
Registro Nº 1190846 - 14 Jan 2022  
Página 1/2 Emls. R\$ 123,00

30 RTD / RPJ  
Joel Wellington Alencar  
Escrivente Autorizado

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO DISTRITO DE MONDUBIM DA COMARCA DE FORTALEZA  
CNPJ 06.095.742/00-40 - Rua Comendador Silva N. 251 - Mondubim - CEP 60.145 - Fortaleza - CE  
Tel: (85) 3266-2021 / WhatsApp: (85) 99914110 - E-mail: cartorioemondubim@trairice.ce.br

Reconheço por semelhança a firma indicada de  
FLAVIA PATRICIA MARTINS DOS SANTOS que confere c/ o padrão reg.  
neste  
serventia. Dou fé.  
Fortaleza, 10 de janeiro de 2022. Em test. \_\_\_\_\_ da verdade  
Francisco Gustavo Pereira dos Santos (Escrivente  
Autorizado)  
Valor Total R\$ 5,30  
CR760405

Registradora e Tabelião: Patrícia Maria Alves Gomes - Tabelião Substituto: Igor Malta Carneiro

REGISTRO CIVIL  
Nº 02  
VIDE 02  
C782445



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

**REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA  
TERCEIROS**

**Registro nº 1190846**



Certifico e dou fé que recebi o documento com 2 (duas) páginas, foi apresentado em 14/01/2022, o qual foi protocolado e registrado sob nº 1190846 em 14/01/2022, no Registro de Títulos e Documentos deste Cartório do 6º Ofício de Notas e 3º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Fortaleza, CNPJ: 06.573.034/0001-51.

Natureza: Carta de renúncia

CNPJ do requerente: 12.460.630/0001-28

3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE  
Registro Nº 1190846 - 14 jan 2022  
Página 2/2 Emis. R\$ 123,00

Fortaleza, 14 de janeiro de 2022

3º RTD / RPJ  
*João Wellington Alencar*  
Escrevente Autorizado

3º RTD / RPJ  
*João Wellington Alencar*  
Escrevente Autorizado  
CAIO JARDEL SANTOS NUNES  
Escrevente

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.



selo tipo 11  
REGISTRO DE RTD E RCPJ  
Nº AAH587971-J8Q9



consulte a validade do selo digital em:  
selodigital.tce.jus.br/portal

SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE



selo tipo 1  
DISTRIBUIÇÃO / MICROFILMAGEM  
Nº AAL128840-F2V9



consulte a validade do selo digital em:  
selodigital.tce.jus.br/portal

SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES	
Nº de atendimento:	20220114000130
Total emolumentos:	R\$ 92,34
Total FERMOJU:	R\$ 9,98
Total Selos:	R\$ 7,20
Total FRMMP:	R\$ 4,62
Total FAADEP:	R\$ 4,62
Total ISS:	R\$ 4,82
Valor Total:	R\$ 123,38
Base de cálculo / Atos com Valor Declarado	
Data/hora da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos	
Códigos: 6001, 6013, 5023	



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten marks]*



30. R.P.J. DE FORTALEZA-CE  
Averbação No. 5003200  
09 Dez 2005 PAGINA 2/07  
RUBRICA 27,00

Marco Luiz Pinto  
Escritor Autorizado

*[Handwritten Signature]*

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO CONSELHO  
COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ  
CAPÍTULO PRIMEIRO  
Nome e Natureza Jurídica**

Art. 1º - Sob a denominação de CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ criada em 02 de setembro de 1987, e registrada em 22 de outubro 1987 no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Cartório Melo Júnior, sob o n de ordem 65878, constando ainda quatro elementos de averbação nos seguintes protocolos: 165967 em 02/12/1998, 186117 em 08/03/2001, 188749 em 15/05/2001, e 189591 em 30/05/2001, respectivamente aprovadas em Assembléa Geral, instituída esta associação civil para fins não econômicos, e que regerá pôr este ESTATUTO, e pelas normas legais pertinentes.



**CAPÍTULO SEGUNDO  
Da Sede**

Art. 2º - O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ tem sua sede e foro na cidade de Fortaleza - Ce. Sito à Rua Costa Freire, 2334 - Bairro Parque São José, CEP 60730-590.

Art. 3º - O prazo de duração do CONSELHO COMUNITARIO DO PARQUE SÃO JOSÉ é indeterminado.

**CAPÍTULO TERCEIRO  
Dos Objetivos**

Art. 4º - O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através das atividades de educação profissional, esocial e ambiental.

Parágrafo Primeiro - Para a consecução de suas finalidades, o CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando:

- I - promoção da assistência social às minorias e excluídos, desenvolvimento econômico e combate à pobreza;
- II - promoção gratuita da educação e da saúde incluindo prevenção de HIV-AIDS e consumo de drogas;
- III - preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- IV - promoção do voluntariado, de criação de estágios e colocação de trainandos no mercado de trabalho;
- V - promoção de direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher da criança e do idoso, assessoria jurídica gratuita e combate a todo o tipo de discriminação sexual, racial e social, trabalho forçado e infantil;
- VI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Parágrafo Segundo - A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 5º O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ não se envolverá em questões religiosas, político-partidárias, ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

*[Handwritten Signatures]*

NOTARIA FORTALEZA, Ceará  
Rua Major Facundo, 860 - Centro  
CEP: 60726-110 - Tel. (085) 3231.1055  
O presente documento foi registrado em meu ofício a partir do nº 11  
de 2021 às 14h 27min em 27 de dezembro de 2021.  
parágrafo único do art. 17 desta lei registra-se o presente documento  
para fins de publicidade e ciência dos interessados e para fins de  
transmissão de informações para o sistema de registro de atos notariais  
em conformidade com a Lei nº 13.102/2016.

27 DEZ 2021

30 RTD - RPJ  
José Wellington Alencar  
Escritor Autorizado

*[Handwritten Signature]*



Marco Luiz Pinheiro  
Escritor Autorizado

**CAPÍTULO OITAVO**  
**Do Patrimônio**

**Art. 24** - O patrimônio do CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ será constituído por doações, subvenções de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras e resultados de promoção cultural e de atividades culturais.

**Art. 25** - O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a título de lucro ou participação em resultados sociais.

**Parágrafo Único** - O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores ou subventores.



**CAPÍTULO NONO**  
**Do Regime Financeiro**

**Art. 26** - O exercício financeiro do CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

**Art. 27** - As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros sessenta dias do ano seguinte à Assembléia Geral, para análise e aprovação.

**CAPÍTULO DÉCIMO**

**Da Qualificação do CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ Como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público.**

**Art. 28** - O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ não distribuirá, entre seus sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio.

**Art. 29** - O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

**Art. 30** - No caso de dissolução, aprovada a extinção pela Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, nos termos do Artigo 16, proceder-se-á ao levantamento do seu patrimônio, que obrigatoriamente será destinado a outras instituições igualmente constituídas, qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público e sem fins lucrativos, que tenham objetivos sociais semelhantes e que seja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

**Art. 31** - O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ em observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

**Art. 32** - O conselho fiscal ou órgão equivalente terá competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

**Art. 33** - Na hipótese do CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ perder a qualificação instituída pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, os respectivos ativos patrimoniais disponíveis, adquiridos com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

**Art. 34** - Haverá a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. Includes a blue stamp from 'NOTARIA DE FORTALEZA' and a date stamp '27 DEZ 2021'. A signature at the bottom left reads 'José Wellington Alencar Escritor Autorizado'.

3

30. R.F.J. DE FORTALEZA-CE  
Avarbação Nº. 1-50032/05  
09 Mar 2005 PÁGINA 7/8  
27/00  
Marcos Luiz Pinheiro  
Escrivente Autorizado

Art. 35 - O CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ observará as normas de prestação de contas, que determinarão, no mínimo:

- I - a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
- IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 36 - É vedado ao CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

**CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO**  
**Das Disposições Gerais**

Art. 37 - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam o CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ em negócios relativos a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Art. 38 - O presente estatuto só poderá ser reformulado por decisão da assembleia geral, em conformidade ao artigo desesseis, alínea cinco do capítulo cinco do presente Estatuto, e que deverá contar com a participação de 2/3 de seus associados.

Art. 39 - A convocação da assembleia geral far-se-á na forma do estatuto, garantido a um quinto dos associados o direito de promovê-la.

Fortaleza, Ceará, 27 de janeiro de 2005.

Lucimar Vieira Martins

PRESIDENTE: Lucimar Vieira Martins  
Endereço: Rua Costa Freire, 2324 - Parque São José, Cep. 60730-590  
RG: 131501987-SSP-CE. CPF: 289231033-49  
Profissão: Comerciante Estado Civil: Solteira Nacionalidade: Brasileiro

Maria Nilse de Sousa Martins

VICE-PRESIDENTE: Maria Nilse de Sousa Martins  
Endereço: Rua Costa Freire, 2210 - Parque São José, Cep. 60730-590  
RG: 551242-SSP-CE. CPF: 289231033-49  
Profissão: Costureira Estado Civil: Casada Nacionalidade: Brasileiro

Maria Castelo Pontes

SECRETARIA: Maria Castelo Pontes  
Endereço: Rua Ana Macêdo, 210 - Conjunto Sítio Estrela/Messajana, Cep. 60000-000  
RG: 99010445993- SSP-CE. CPF: 714713833-34  
Profissão: Coordenadora Estado Civil: Casada Nacionalidade: Brasileiro



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

NOTARIA DE FORTALEZA, Ceará  
Rua Major Francisco, 890 - Centro  
CEP: 60010-000 Fone: (85) 3231 1555  
O assessor de contabilidade auxiliar responsável é o Sr. José Wellington Alencar, CPF: 347.147.138-34, RG: 99010445993-34, Estado Civil: Casado, Nacionalidade: Brasileiro.

27 DEZ 2021

30 RFD / RPJ  
José Wellington Alencar  
Escrivente Autorizado

*[Handwritten signatures]*





96  
17

### CAPÍTULO TERCEIRO Dos objetivos:

3º RPD/SPJ  
José Wellington Alencar  
Escrevente Autorizado  
CPF: 648.601.723-53

\* Aditivo de alteração do Estatuto do CONSELHO COMUNITARIO DO PARQUE SÃO JOSÉ, este aditivo acrescenta no artigo 4º, parágrafo primeiro, o inciso VII com a seguinte redação; Criar e manter instituições educacionais de qualquer modalidade de ensino, de acordo com a LDB - Lei de Diretrizes de Bases da Educação e os parâmetros curriculares nacionais.

Fortaleza, Ceará, 05 de Janeiro de 2006.

Lucimar Vieira Martins

PRESIDENTE: Lucimar Vieira Martins  
Endereço: Rua Costa Freire, 2324- Parque São José. Cep. 60730-590  
RG: 131900987-SSP-CE. CPF: 289231033-49  
Profissão: Comerciante Estado Civil: Solteira Nacionalidade: Brasileira



Maria Nilse de Sousa Martins

VICE-PRESIDENTE: Maria Nilse de Sousa Martins  
Endereço: Rua Costa Freire, 2210-Parque São José. Cep. 60730-590  
RG: 551242-SSP-CE. CPF: 142420443-72  
Profissão: Costureira Estado Civil: Casada Nacionalidade: Brasileira

Célia Maria Castelo Pontes

1ª SECRETARIA: Célia Maria Castelo Pontes  
Endereço: Rua Ana Macêdo, 210-Conjunto Sítio Estrela/Messejana. Cep. 60000-000  
RG: 99010445993-SSP-CE. CPF: 714713833-34  
Profissão: Coordenadora Estado Civil: Casada Nacionalidade: Brasileira

Márcia de Lima Moura Linhares

2ª SECRETARIA: Márcia de Lima Moura Linhares  
Endereço: Rua Bernardino de Campos, 326-Parque São José. Cep. 60000-000  
RG: 95002063260-SSP-CE. CPF: 418667703-49  
Profissão: Educadora Pedagógica Estado Civil: Casada Nacionalidade: Brasileira



Francisca Clemlida Clarindo de Andrade

1ª TESOUREIRA: Francisca Clemlida Clarindo de Andrade  
Endereço: Rua Via Ferrea, 2150-altos- Parque Presidente Vargas. Cep. 60765-060  
RG: 99010350941-SSP-CE. CPF: 792776163-34  
Profissão: Aux. Administrativo Estado Civil: Casada Nacionalidade: Brasileira

2ª TESOUREIRO: João Batista do Nascimento

Endereço: Rua Costa Freire, 2264-Parque São José. Cep. 60730-590  
RG: 648150-SSP-CE. CPF: 059706093-49

Profissão: Mestre de Obras Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro

Handwritten signatures and initials of the council members and the notary.

NOTARIA DE FORTALEZA - Ceará  
Rua Major Facundo, 860 - Centro  
CEP: 60035-700 - Tel.: (085) 0231-1555

O presente subscrito e autografado pelo oficial a favor do Sr. João Batista do Nascimento em 05 de Janeiro de 2006, em Fortaleza, Ceará, às 14h30min.

3º RPD/SPJ  
José Wellington Alencar  
Escrevente Autorizado

27 DEZ 2021

Handwritten signature and initials on the right margin.



SB

SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE

AAJ288291-L2K9

SELO Tipo 4

CEP: 00000000

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DO CEARÁ



SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE

AAK954172-L8P9

AAK954173-F2P9

AAK954174-L8P9

Nº

DISTRIBUIÇÃO / MICROFILMACEM

SELO Tipo 1

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DO CEARÁ



consulte a validade do selo digital em: [selodigital.jus.br/portal](http://selodigital.jus.br/portal)



CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES	
Nº de atendimento:	20211227000149
Total emolumentos:	RS 83,52
Total FERMJOU:	RS 5,13
Total Solos:	RS 10,72
Total FRMMP:	RS 4,16
Total FAADFP:	RS 4,16
Total ISS:	RS 4,16
Valor Total:	RS 111,85
Base de cálculo / Alíq. com Valor Declarado	
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos	
Códigos: 5025, 5023	

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

Jose Wellington Alencar  
ESCREVENTE

Fortaleza, 27 de dezembro de 2021

Natureza: Certidão de inteiro teor  
CNPJ/CPF: 12.460.630/0001-28

Certifico e dou fé que o documento em papel foi apresentado em 27/12/2021, o qual foi registrado sob nº 5009235 em 27/12/2021, 6º Tabelionato de Notas e Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Fortaleza, CNPJ 06.573.034/0001-51, na presente data.

Nº 5009235 de 27/12/2021

*[Handwritten signatures]*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO CEARÁ  
SEXTO TABELIONATO DE NOTAS DE FORTALEZA



CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

O OFICIAL REGISTRADOR DO SEXTO TABELIONATO DE NOTAS DE FORTALEZA E OFICIAL FIRMATÁRIO, DO 3º REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ, NA FORMA DA LEI, E USANDO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA, por solicitação verbal da parte interessada, que revendo os arquivos deste serviço delegado, verificou constar o lançamento do registro do CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ, com sede na Rua Costa Freire, nº 2238, Bairro Parque São José - Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob nº 12.460.630/0001-28, onde adquiriu personalidade jurídica nesta serventia, em 22 de outubro de 1987, onde se encontra registrada sob o protocolo de número 65878. Informamos ainda constar 24(vinte e quatro) elementos de averbações a margem do presente registro, na ordem que segue: Protocolo: 165967 de 02.12.1998, ata de eleição e posse da nova diretoria, 186117 de 08.03.2001, alteração do Estatuto Social, 188749 de 15.05.2001 ata de eleição e posse da nova diretoria, 189591 de 30.05.2001 alteração ao estatuto social, 5003208 de 09.03.2005 aditivo ao estatuto Social, 5004513 de 09.01.2006 alteração do estatuto social, 5005653 de 11.08.2006 ata de eleição e posse da nova diretoria, 5006212 de 28.11.2006 ata de eleição e posse da nova diretoria, 5010059 de 15.07.2008 ata de assembléia geral para posse provisória, 5010887 de 31.10.2008 ata de assembléia geral para retorno da presidente, 5016303 em 23.11.2010 ata de posse da nova diretoria, 5020487 em

Rua Major Facundo, nº 660, centro, 60025-100  
Telefone(s) (85) 3252-5486 - 3252.4112 (fax).

3º RTD / RPJ  
José Wellington Alencar  
Escrivente Autorizado

*[Handwritten signature]*

100  
/

Nº 5009268 de 28/01/2022

Certifico e dou fé que o documento em papel foi apresentado em 28/01/2022, o qual foi registrado sob nº 5009268 em 28/01/2022, 6º Tabelionato de Notas e 3º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Fortaleza, CNPJ 06.573.034/0001-51, na presente data.

Natureza:

Certidão de registro de pessoa jurídica

CNPJ/CPF: 12.460.630/0001-28



Fortaleza, 28 de janeiro de 2022

*Jose Wellington Alencar*  
ESCREVENTE

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.



SELO TIPO 4  
CERTIDÃO/SEGUNDA  
AAJ288421-D3K9



consulte a validade do selo digital em:  
selodigital.tjce.jus.br/portal

SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES	
Nº de atendimento:	20220128000140
Total emolumentos:	R\$ 25,75
Total FERMOJU:	R\$ 4,85
Total Selos:	R\$ 9,01
Total FRMMP:	R\$ 1,29
Total FAADEP:	R\$ 1,29
Total ISS:	R\$ 1,29
Valor Total:	R\$ 43,48
Base de cálculo / Ato com Valor Declarado	
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos	
Códigos: 5011	

*[Handwritten signatures]*

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.460.630/0001-28 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA 28/10/1987
NOME EMPRESARIAL CONSELHO COMUNITARIO DO PARQUE SAO JOSE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R COSTA FREIRE	NÚMERO 2238	COMPLEMENTO *****
CEP 60.730-255	BAIRRO/DISTRITO PARQUE SAO JOSE	MUNICÍPIO FORTALEZA
UF CE		TELEFONE (85) 8835-4190
ENDEREÇO ELETRÔNICO		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/10/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/02/2021 às 15:22:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

*Handwritten signature*



102  
*[Handwritten mark]*

**COMPROVANTE DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO ANUAL 2022  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS FORTALEZA/ CE**

**ENTIDADE:** CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ - CCPSI

**INSCRIÇÃO Nº:** 116

**DATA DE INSCRIÇÃO** 04/02/2019

**CNPJ:** 12.460.630/0001-28

**MODALIDADE DE INSCRIÇÃO:** ASSISTÊNCIA SOCIAL

**ENDEREÇO:** Rua Costa Freire, nº2238 – Parque São José

O Conselho Municipal de Assistência Social de Fortaleza vem, por intermédio deste instrumento, informar que a entidade se encontra regularmente inscrita neste Conselho, tendo apresentado a documentação referente à sua Regularidade em 15/03/2022

A Entidade CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ, entregou os seguintes documentos para a documentação anual:

- Ofício;
- Plano de ação 2022 e as tabelas;
- Relatório de atividades 2021 e as tabelas;
- Convênios

Esse Comprovante é valido até 30 de abril de 2023, a entidade pode ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por descumprimento de requisitos.

Fortaleza, 15 de março de 2022

*[Handwritten signature]*  
Francisco Jucá  
Tec. Administrativo- CMAS

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten marks]*



103  
P

**COMPROVANTE DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO ANUAL 2021  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS FORTALEZA/CE**

**ENTIDADE:** CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ

**INSCRIÇÃO Nº:** 116/2019

**DATA DE INSCRIÇÃO:** 04/02/2019

**CNPJ:** 12.450.630/0001-28

**MODALIDADE DE INSCRIÇÃO:** ASSISTENCIA SOCIAL

**ENDEREÇO:** RUA: COSTA FREIRE Nº2238 - PAAQUE SÃO JOSÉ

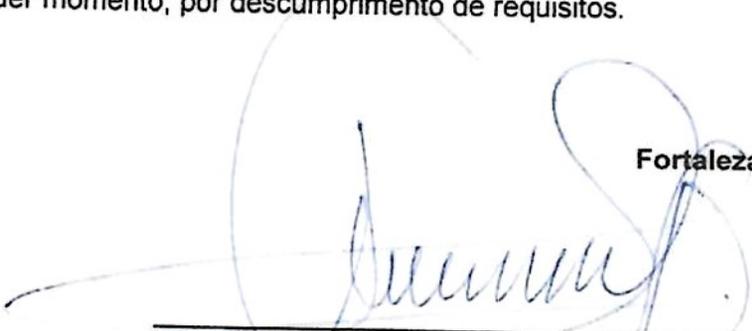
O Conselho Municipal de Assistência Social de Fortaleza vem, por intermédio deste instrumento, informar que a entidade se encontra regularmente inscrita neste Conselho, tendo apresentado a documentação referente à sua Regularidade em 16/11/2021

A Entidade CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ entregou os seguintes documentos para a documentação anual:

- Ofício;
- Plano de ação 2021 e as tabelas;
- Relatório de atividades 2020 e as tabelas;
- ADITIVOS DE COLABORAÇÃO

Esse Comprovante é valido até 30 de abril de 2022, a entidade pode ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por descumprimento de requisitos.

Fortaleza, 16 de Novembro. 2021

  
\_\_\_\_\_  
**FRANCISCO DE ASSIS JUCÁ CORDEIRO**  
Tec. Administrativo CMAS Fortaleza


COMPROVANTE DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO ANUAL 2022  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS FORTALEZA/ CE

ENTIDADE: CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ - CCPSI

INSCRIÇÃO Nº: 116

DATA DE INSCRIÇÃO 04/02/2019

CNPJ: 12.460.630/0001-28

MODALIDADE DE INSCRIÇÃO: ASSISTÊNCIA SOCIAL

ENDEREÇO: Rua Costa Freire, nº2238 – Parque São José

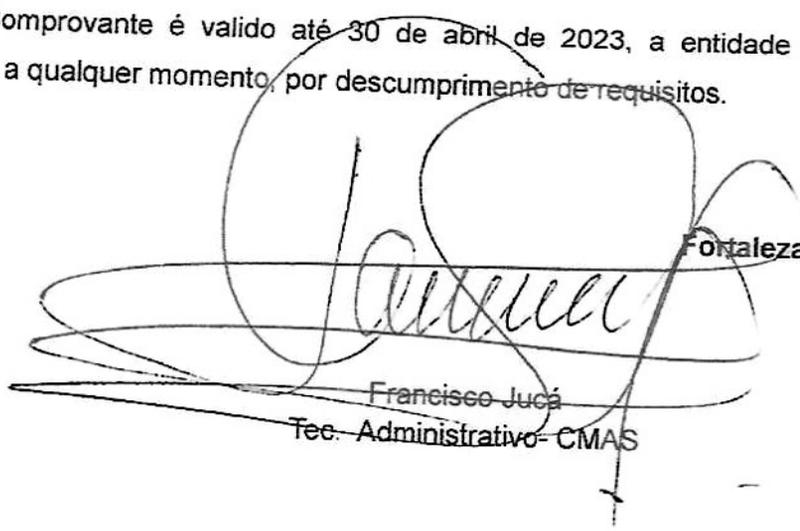
O Conselho Municipal de Assistência Social de Fortaleza vem, por intermédio deste instrumento, informar que a entidade se encontra regularmente inscrita neste Conselho, tendo apresentado a documentação referente à sua Regularidade em 15/03/2022

A Entidade CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ, entregou os seguintes documentos para a documentação anual:

- Ofício;
- Plano de ação 2022 e as tabelas;
- Relatório de atividades 2021 e as tabelas;
- Convênios

Esse Comprovante é valido até 30 de abril de 2023, a entidade pode ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por descumprimento de requisitos.

Fortaleza, 15 de março de 2022



Francisco Jucá  
Tec. Administrativo- CMAS



**CMAS**  
CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Fortaleza (CE)



105  
*[Handwritten mark]*

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL DE FORTALEZA

- Entidade ou organização de Assistência Social;
- Serviços, Programas, Projetos e/ou Benefícios Socioassistenciais;
- Entidade inscrita em outro município.

INSCRIÇÃO Nº116

A Entidade Conselho Comunitário do Parque São José, CNPJ nº 12.460.630/0001-28, com sede na Rua Costa Freire, nº 2238, Parque São José - Fortaleza/CE, é inscrita neste Conselho a partir do ano 2019.

A Entidade oferta Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para crianças e adolescentes.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Fortaleza, 05 de fevereiro de 2019.

*[Handwritten signature]*  
Silvana Garcia de Andrade Lima  
Presidente do CMAS Fortaleza  
Gestão 2017 - 2019

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*



**COMPROVANTE DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO ANUAL 2020**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS FORTALEZA/CE**

**CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ**

**INSCRIÇÃO Nº 116**

**DATA DE INSCRIÇÃO:** 04/ 02/ 2019.

**CNPJ:** 12.460.630/0001-28

**MODALIDADE DE INSCRIÇÃO:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –SCFV

**ENDEREÇO:** Rua Costa Freire, nº 2238, Parque São José CEP 60.730-590 - SER V

O Conselho Municipal de Assistência Social de Fortaleza vem, por intermédio deste instrumento, informar que a entidade se encontra regularmente inscrita neste Conselho, tendo apresentado a documentação referente à sua Regularidade em 30/10/2020.

A entidade **CONSELHO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JOSÉ**, entregou o Plano de Ação 2020, Relatório de Atividades 2019, Termo de Colaboração e Aditivos.

Esse Comprovante é válido até 30 de abril de 2021, a entidade pode ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por descumprimento de requisitos.

**Fortaleza, 25 de novembro de 2020.**

  
\_\_\_\_\_  
**Ana Kimberly Nogueira Torres**  
**Apoio administrativo**

107

**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORTALEZA-COMDICA**

RUA GUILHERME ROCHA, 1469  
CENTRO FORTALEZA—CE  
TEL (85) 3101-2696  
EMAIL: [servicosocialcomdica@gmail.com](mailto:servicosocialcomdica@gmail.com)



**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que a (o):

**CONSELHO COMUNITÁRIO PARQUE SÃO JOSÉ - CCPSJ**



Fundada em: 09/09/1987

Situada na: RUA COSTA FREIRE, 2238.

Bairro: PARQUE SÃO JOSÉ

É registrada no CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE desde 2002 sob o nº 501/02.

Tendo como presidente: FRANCISCO DANNY VIEIRA MAIA

Registro valido até: 06 DE MAIO DE 2022.

Fortaleza, 06 DE MAIO DE 2021.

*Maria de Fátima Ferreira Figueiredo*

MARIA DE FATIMA FERREIRA FIGUEIREDO

Presidente – COMDICA



*Handwritten signature of Francisco Danny Vieira Maia.*

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA



Declaro que a *Organização da Sociedade Civil - OSC Conselho Comunitário do Parque São José* está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 2022.04.25.001 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Trairi, Ceará, 26 de maio de 2022.

*Francisco Danny Vieira Maia*

**Francisco Danny Vieira Maia**

Presidente do Conselho Comunitário do Parque São José

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*

109  
f

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que a *Organização da Sociedade Civil – OSC Conselho Comunitário do Parque São José*:

a) dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

Trairi, Ceará, 26 de maio de 2022.

.....  
*Francisco Danny Vieira Maia*

**Francisco Danny Vieira Maia**

Presidente do Conselho Comunitário do Parque São José



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

ANEXO IV



uo

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO ART. 39, INCISO III DA LEI 13.019/2014, E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**

Declaro para os devidos fins, em nome da *Organização da Sociedade Civil - OSC Conselho Comunitário do Parque São José*, nos termos dos arts. 26, **caput**, inciso VII, e 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, que:

➤ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração Municipal de Trairi-Ce; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a".

<b>RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE</b>		
<b>Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC</b>	<b>Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF</b>	<b>Endereço residencial, telefone e e-mail</b>
Francisco Danny Vieira Maia - Presidente	98098006941 SSP CE 001.076.473-97	Rua Agamenon, 441 - Vila Peri
Andréia Juliana Fernandes de Andrade - Vice Presidente	20074698740 SSP CE 047.688.713-56	Rua Dr. Procópio, 1249 - Aracapé
Thais de Lima Vieira Silva - Secretária	2003009205042 SSP CE 016.895.803-13	Rua Costa Freire, 2319 - Parque São José
Raquel Fernandes do Nascimento - 2º Secretária	99002208996 SSP CE 648.303.733-34	Rua Dr. Procópio, 1251 - Aracapé
Riquelme Richard de Lima Nobre - Tesoureiro	2018101523-9 SSP CE 630.161.493-38	Rua João Ramalho, 400 - Parque São José
Valter Abreu Silva - 2º Tesoureiro	2000002303265 SSP CE 586.905.062-68	Rua 641, 01, BL 12, QD06, LT 03 - Cidade Jardim II - Conj Prefeito José Walter
Antônio Girão Nobre - Conselheiro Fiscal	98002504139 SSP CE 033.963.193-70	Rua Conego de Castro, 3106 - Parque São José
Gabriel Martins Gomes - 2º Conselheiro	20088600445 SSP CE 088.694.293-42	Rua Costa Freire, 2234 - Parque São José
José Alberto Martins Chagas - 3º Conselheiro	91025018985 SSP CE 878.203.073-15	Rua João Ramalho, 400 - Parque São José
Cecília Raiane Martins dos Santos - 1ª Suplente	2002009030317 SSP CE 031.480.513-35	Rua Costa Freire, 2330 - Parque São José
Alcides Cristian de Sousa Cordeiro - 2ª Suplente	2004007045179 SSP CE 071.111.443-92	Rua Eça de Queiroz, 1491 - Parque São José
Harley Abne Almeida Barros - 3ª Suplente	2018262817-0 SSP CE 632.017.893-05	Rua Costa Freire, 2313 - Parque São José

u  
/

➤ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL de Trairi-Ce, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

➤ Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL de Trairi-Ce; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL de Trairi-Ce, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Trairi, Ceará, 26 de maio de 2022.

*Francisco Danny Vieira Maia*

**Francisco Danny Vieira Maia**

Presidente do Conselho Comunitário do Parque São José



*lup*

*[Handwritten marks]*

42  
*[Handwritten mark]*

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, que a *Organização da Sociedade Civil – OSC Conselho Comunitário do Parque São José* e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL de Trairi - Ce, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
- Não teve as contas rejeitadas pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Trairi, Ceará, 26 de maio de 2022.

*Francisco Danny Vieira Maia*

**Francisco Danny Vieira Maia**

Presidente do Conselho Comunitário do Parque São José



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten marks]*

u3  
*[Handwritten signature]*

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

Certidão Nº 2022/52162

**CPF/CNPJ:** 12.460.630/0001-28

**Nome ou Razão Social:** CONSELHO COMUNITARIO DO PARQUE SAO JOSE

**Endereço:** R COSTA FREIRE 2238 Q022A PARQUE SÃO JOSÉ CEP 60730-255

Certificamos, para fins de comprovação perante terceiros, que a pessoa acima identificada, até a presente data, não possui débitos de natureza tributária para com o Município de Fortaleza, ressalvado, porém, à Secretaria Municipal das Finanças, o direito de cobrar e inscrever, a qualquer tempo, quaisquer dividas em seu nome na forma da legislação vigente.

**Fortaleza, 1 de Março de 2022 (12:58:36)**

Certidão expedida gratuitamente com base no decreto 13.716, de 22 de dezembro de 2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço eletrônico da Secretaria Municipal das Finanças - SEFIN em [www.sefin.fortaleza.ce.gov.br](http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br).

**Válida até 30/05/2022**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten marks]*



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado

44  
*[Handwritten signature]*

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais**  
202208524971



Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE	
<b>Inscrição Estadual:</b>	*****
<b>CNPJ / CPF:</b>	12460630000128
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	*****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 25/04/2022 ÀS 08:29:29**  
**VÁLIDA ATÉ 24/06/2022**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço [www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)**

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



45  
*[Handwritten signature]*

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **CONSELHO COMUNITARIO DO PARQUE SAO JOSE**  
CNPJ: **12.460.630/0001-28**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 15:05:47 do dia 02/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/05/2022.

Código de controle da certidão: **D19E.1512.1D7C.73B7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO TRABALHO



46  
P

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSELHO COMUNITARIO DO PARQUE SAO JOSE (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 12.460.630/0001-28  
Certidão nº: 1981378/2022  
Expedição: 19/01/2022, às 10:21:16  
Validade: 17/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSELHO COMUNITARIO DO PARQUE SAO JOSE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.460.630/0001-28**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Handwritten signature

Handwritten marks/signatures

Voltar

Imprimir

f

**Certificado de Regularidade do FGTS -  
CRF**

**Inscrição:** 12.460.630/0001-28  
**Razão Social:** CONSELHO COMUNITARIO DO PARQUE SAO JOSE  
**Endereço:** RUA COSTA FREIRE 2334 / PARQUE SAO JOSE / FORTALEZA / CE / 60730-690

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 05/05/2022 a 03/06/2022

**Certificação Número:** 2022050501080298118219

Informação obtida em 16/05/2022 10:46:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



f

f

f